



Volume 06
**O DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO
E À PROTEÇÃO AO TRABALHO**



DIAGNÓSTICO DA REALIDADE SOCIAL
DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



VOLUME VI

Direito à Profissionalização e a Proteção ao Trabalho

Curitiba, 2017

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE SOCIAL
DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



VOLUME VI

Direito à Profissionalização e a Proteção ao Trabalho

IDEALIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



APOIO:



1ª Edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Januário, Ermelinda Maria Uber

Diagnóstico da realidade social da infância e juventude do município de Curitiba, Ermelinda Maria, Uber Januário, Fátima Mottin, Maria Helena Provenzano. — 1. ed. — Joinville, SC : Painel Instituto de Pesquisas, 2018.

Vários colaboradores.

Bibliografia. ISBN 978-85-93177-06-4

1. Ciências sociais - Pesquisa - Curitiba (PR)
2. Crianças e adolescentes - Direitos 3. Curitiba (PR) - Aspectos socioeconômicos 4. Estatística
5. Indicadores sociais - Crianças e adolescentes
6. Infância 7. Juventude I. Mottin, Fátima.
- II. Provenzano, Maria Helena. III. Título.

18-13404

CDD-304.6098162

Índices para catálogo sistemático:

1. Curitiba : Paraná : Diagnóstico social :
Infância e juventude : Ciências sociais 304.6098162

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI) (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Juventude do Município de Curitiba,

Volume 6: O Direito à Profissionalização e a Proteção ao Trabalho.

1ª Edição, Joinville, SC: Núcleo Criativo Painei, 2017

18-13404

CDD-304.6098162

ÍNDICES PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

304.6098162

Coordenação Geral do Diagnóstico

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista CORECON nº 2.556-9

Fátima Mottin – Estatística CONRE nº 9013-A

Coordenação de Projeto

Maurício Cunha – Administrador e Antropólogo

Análise Estatística

Fátima Mottin – Estatística CONRE nº 9013-A

Equipe Técnica

Ana Maria Mottin – Pedagoga e Administradora Pública

Cecília Landarín Heleno – Pedagoga

Valmir Poli – Assistente Social CRESS nº 2518

Coordenação de Campo

Maria Helena Provenzano – Administradora

CRA nº 27913

Supervisora de Campo

Heloisa Rafael Moraes – Assistente Social

CRESS nº 10928

Pesquisadoras

Diana Garbin

Francine Duarte e Silva

Franciane Paterno

Revisão Ortográfica

Nadja Luciani Rodrigues Backes Matrícula 222.028.8.01

Base Cartográfica

Rodolfo Uber – Administrador

Identidade Visual

Rafael Uber – Diretor de Arte e Diretor Cinematográfico

DRT 11048/48

Assessoria de Imprensa

Ana Luísa Nascimento – Jornalista MTE 11712

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CURITIBA – COMTIBA

Gestão 2016

Presidente: Rosângela de Barbara da Silva

Fundação de Ação Social

Vice-Presidente: Ana Paula Ribeyre Baena

Associação de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Conselheiros Governamentais:

Jucelma Silveira Martinatto

Fundação de Ação Social

**Itália Bettega Joaquim e
Danielle Bonamin Flores**

SME – Secretaria Municipal de Educação

Jussara Sorgenfrei e Nícia Elaine Alves

SMELJ – Secr. Munic. Do Esporte, Lazer e Juventude

Marco Aurélio de Freitas Margarida e Marilena Rocio Pereira

SMF – Secretaria Municipal de Finanças – FAS

Maria Christina Barreto e Angela Leite Mendes

SMS – Secretaria Municipal da Saúde

Igo Martini e Thays Carvalho Cesar

Assessoria de Direitos Humanos e
Igualdade Racial do Gabinete do Prefeito

Gestão 2017

Presidente: Cátia Regina Kleinke Jede

Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia

Vice-Presidente: Cláudia Regina Martins Estorílio

Fundação de Ação Social

Conselheiros Governamentais:

Tatiana Possa Schafachek

Fundação de Ação Social

**Maria de Lourdes do Prado Kruger D'Almeida e
Silvana Regina Cordeiro Cruz**

SME – Secretaria Municipal de Educação

Thiago Antonio Soares Pinto e Eloir Machado de Castro

SMELJ – Secr. Munic. Do Esporte, Lazer e Juventude

Gilmar Santos Pereira e Maiquel Guilherme Zimann

SMF – Secretaria Municipal de Finanças – FAS

Maria Christina Barreto e Angela Leite Mendes

SMS – Secretaria Municipal da Saúde

Patrícia Lee Góes Cardoso e Solange do Rocio Luciano Kobiyama

SGM – Secretaria de Governo Municipal

Conselheiros Sociedade Civil:

Renan Gustavo Costa Ferreira e Marjorye Regiane Gaiovicz

Associação Comunitária Presbiteriana

Cátia Regina Kleinke Jede e Andréia Felix

Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia

Ety Cristina Forte Carneiro

Associação de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Peri Eugênio de Castro e Thais Mendes Meier

Associação Metodista de Ação Social -AMAS

Orley Boçon e Patrick James Reason

Fundação Iniciativa

Vera Lucia Barletta e Robinson Salazar Buitrago

Recrutar Família e Adoção

Conselheiros Sociedade Civil:

Renan Gustavo Costa Ferreira e Marjorye Regiane Gaiovicz

Associação Comunitária Presbiteriana

Andréia Felix

Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia

Thelma Alves de Oliveira e Rodrigo Bonfim

Associação de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Peri Eugênio de Castro e Richard Mannich

Associação Metodista de Ação Social -AMAS

Antonio Augusto Dalfollo Ortiz e Regina Natalia Souza Mendes

Fundação Iniciativa

Ana Lucia Grochowicz Cavalcante e Luciane Sheidt

Recrutar Família e Adoção

COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Através da Resolução nº 25 publicada no diário oficial de Curitiba no dia 23 de abril de 2015 criou-se a comissão para construção do Diagnóstico da Infância e Juventude de Curitiba.

Governamental

Maria Christina Barreto e Roberta Kikuthi de Simone

Secretaria Municipal de saúde – SMS

Nair Araújo Brito de Macedo

Fundação de Ação Social – FAS

Sociedade Civil

Laize Marcia Porto Alegre e Peri Eugênio de Castro

Associação Metodista de Ação Social – AMAS

Cassia Ap. Bernardelli e Marjorye Gaiovicz

Chácara dos Meninos de 4 Pinheiros

Patrick James Reason

Associação Beneficente Encontro com Deus

Vera Lucia Barletta

RECRUAR – Família e Adoção

Assessoria Técnica

Marcia Yuri Sekikawa Nagata

Fundação de Ação Social – FAS DPSE

**Érika Hayashida e
Débora Cristina de Carvalho**

Fundação de Ação Social – FAS SPL

**Alexandre Fernandes Macedo e
Maria Aparecida dos Santos**

Fundação de Ação Social – FAS
(Secretaria Executiva dos Conselhos)

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Comissão 2016

**Érika Haruno Hayashida e
Débora Cristina de Carvalho**

Fundação de Ação Social - FAS (Superintendência de Planejamento)

Alexandre Fernandes Macedo e Maria Aparecida dos Santos

Fundação de Ação Social - FAS (Secretaria Executiva dos Conselhos)

Nair Araújo Brito de Macedo e Marcia Yuri Sekikawa Nagata

Fundação de Ação Social - FAS

Maria Christina Barreto e Roberta Kikuthi de Simone

Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Patrick James Reason

Associação Beneficente Encontro com Deus

Cassia Ap. Bernardelli e Marjorye Gaiovicz

Chácara dos Meninos de 4 Pinheiros

Vera Lucia Barletta

Associação Fênix

Laize Marcia Porto Alegre e Peri Eugênio de Castro

Associação Metodista de Ação Social - AMAS

Comissão 2017

**Maria de Lourdes do Prado Kruger D'Almeida
e Silvana Regina Cordeiro Cruz**

Secretaria Municipal de Educação - SME

Claudia Regina Martins Estorillo

Fundação de Ação Social - FAS

Peri Eugênio de Castro

Associação Metodista de Ação Social - AMAS

Cátia Regina Kleinke Jede

Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia

Patrick James Reason

Associação Beneficente Encontro com Deus

Vera Lucia Barletta

Associação Fênix

Renata Mareziuzek dos Santos (Gestora do Contrato)

Tatielly Letícia Sloboda Tozo (Suplente)

Érika Haruno Hayashida (Apoio técnico)

Fundação de Ação Social - FAS (Secretaria Executiva dos Conselhos)

Maria Aparecida Martins Camatari (Secretaria Executiva)

Maria Aparecida dos Santos (Técnica responsável)

Carla Inês de Freitas Piazzetta (Apoio Administrativo)

Fundação de Ação Social - FAS (Secretaria Executiva dos Conselhos)

Gestão de Curitiba 2017

Rafael Greca de Macedo

Prefeito

Eduardo Pimentel

Vice-prefeito

Secretarias

Elenice Malzoni

Fundação de Ação Social

Maria Sílvia Bacila Winkeler

Secretaria Municipal da Educação

Marcelo Cattani

Fundação Cultural de Curitiba

Marcello Bernardi Vieira Richa

Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude

Márcia Cecília Huçulak

Secretaria Municipal da Saúde

Guilherme Rangel

Secretaria Municipal da Defesa Social

INSTITUIÇÕES COLABORADORAS

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Curitiba - COMTIBA

Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS

Fundação de Ação Social de Curitiba - FAS

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Ministério Público do Trabalho - MPT

Entidades de atendimento da OSC

Associação Metodista de Ação Social - AMAS -
Igreja Metodista Central de Curitiba sede das reuniões quinzenais

PREFÁCIO

Este diagnóstico foi construído de forma participativa, da coleta à análise de dados, envolvendo toda a equipe – coordenação, técnicos, estatísticos, entrevistados, etc. – e a comissão que participou ativamente de todo o processo.

O conteúdo aqui disponibilizado tentou ao máximo se resguardar de opiniões pessoais ou crenças pré-estabelecidas sobre o tema e as problemáticas que o envolvem.

É importante que a leitura seja feita lembrando que a construção deste diagnóstico se orientou no que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e seus direitos fundamentais.

Esperamos que, a leitura seja reflexiva e oriente, de forma efetiva as políticas públicas e as ações da sociedade civil em benefício das crianças, adolescentes e jovens de Curitiba.

Equipe do diagnóstico

EPÍGRAFE

Criança não trabalha e nem atrapalha

Desde pequeno,

Busco fazer as coisas com esmero

Meus brinquedos, livros, sapatos, pedrinhas

Ajeito, empilho, guardo arrumadinhas

Aprendo aos poucos

As tarefas de casa

Enxugo a louça,

Estendo a cama,

Atendo a moça,

Compro pão,

Lavo a mão,

Seco o chão

UFA!

Criança tem sua responsabilidade

No seu tempo e cada coisa na sua idade

Não deve trabalhar

Precisa de amor e proteção

Escola, família, passeio

Estudo, descanso, diversão

Essa agenda é de criança

Pra garantir boa formação

Thelma Alves Oliveira¹

¹ Poema extraído do Livro "Eu sei de mim. Ah! Sei sim!" de Thelma Alves de Oliveira, Volume 2.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
ESPRO	Ensino Social Profissionalizante
FAS	Fundação de Ação Social de Curitiba
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
IAT	Instituto Aprender e Trabalhar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISAS	Instituto Salesiano de Curitiba
ISBET	Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MP	Ministério Público
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PR	Paraná
RENAPSI	Rede Nacional de Aprendizagem Promoção Social e Integração
RH	Recursos Humanos
RM	Região Metropolitana
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SMTE	Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego
UAI	Unidade de Acolhimento Institucional
UNILEHU	Universidade Livre para a Eficiência Humana

LISTA DE INDICADORES

INDICADOR 1: TAXA DE ADOLESCENTES QUE PARTICIPARAM DE PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM.....	28
INDICADOR 2: TAXA DE JOVENS QUE PARTICIPARAM DE PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM	30
INDICADOR 3: TAXA DE ADOLESCENTES QUE PARTICIPARAM DE CURSOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO	38
INDICADOR 4: TAXA DE JOVENS QUE PARTICIPARAM DE CURSOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO	40
INDICADOR 5: TAXA DE DEMANDA REPRIMIDA DE ADOLESCENTES PARA CURSOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO	42
INDICADOR 6: TAXA DE DEMANDA REPRIMIDA DE JOVENS PARA CURSOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO	44

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
EPÍGRAFE	10
1. APRESENTAÇÃO.....	14
2. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO	17
3. DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO	21
3.2 APRENDIZAGEM	25
3.3 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	32
4. DIREITO À PROTEÇÃO AO TRABALHO	46
5. GRUPOS DE CONVERSA	49
6. ANÁLISE CONCLUSIVA.....	54
7. RECOMENDAÇÕES.....	57
8. REFERÊNCIAS	59
9. APÊNDICE 1	60
10. APÊNDICE 2	61
11. APÊNDICE 3.....	62

1. APRESENTAÇÃO

Historicamente as crianças e adolescentes aprendiam ofícios em seu âmbito familiar e passavam a ser inseridos na realização de atividades produtivas quando havia dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias. Com esse costume perpetuado ao longo de séculos, na Revolução Industrial (Século XVIII), a criança e o adolescente foi exposto à situação de total desproteção, pois realizavam todos os tipos de trabalhos em jornadas diárias de 12 a 16 horas juntamente com os adultos. De acordo com Nascimento (2003), a primeira Lei de Proteção aos “menores”² surge na Inglaterra e reduz a jornada de trabalho dos “menores” para 12 horas diárias, e veda o trabalho aos menores de 9 anos de idade.

A partir daí surgiram outras leis disciplinando a matéria no mundo. Todas estabeleciam, pelo menos, o mínimo de diferenciação entre o trabalho desenvolvido por adultos e aquele desenvolvido por crianças e adolescentes.

No Brasil a primeira lei de proteção ao “menor” ocorreu na data de 1891 (Teixeira, 2003) que proibia o trabalho ao menor de 16 anos por mais de 6 horas diárias e veda o trabalho aos menores de 12 anos de idade. Deste período em diante a legislação foi se aprimorando na proteção à criança e ao adolescente, de modo a observar cada vez mais atentamente à condição peculiar de desenvolvimento em que se encontram e, a vedar trabalhos que possam ser prejudiciais de qualquer forma a sua saúde ou a este desenvolvimento.

O direito a profissionalização é prioritário aos jovens desde a Constituição Federal de 1988. Ainda, pós Constituição, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que tratam do assunto. Especificamente ainda, em 2000, a Lei 10097/2000 alterou a CLT quanto aos aspectos relacionados à aprendizagem.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990), em seu capítulo V, trata do direito a profissionalização e a proteção no trabalho e veda aos adolescentes o trabalho noturno (entre 22 e 5 horas da manhã), perigoso, insalubre, penoso ou realizado em locais prejudiciais a sua formação e seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. Além disso, o artigo 4º, estabelece que é dever da Família, da Sociedade, da Comunidade em geral e do Estado, assegurar com absoluta prioridade os Direitos da Criança e do Adolescente, incluindo o Direito à Profissionalização. A mesma lei ainda esclarece, em seu artigo 69, que ao garantir esse Direito, devem ser observados os aspectos da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a capacitação adequada ao mercado de trabalho.

² A expressão, “menores”, é encontrada entre aspas, por não representar adequadamente a criança e ao adolescente como indivíduos, apesar de ser a nomenclatura utilizada na época. Ainda se observa que a referida expressão denota, atualmente, forma pejorativa de referência ao adolescente devido ao histórico do “Código de Menores” (Decreto 17943-A, 1927) que se referia aos mesmos como aqueles marginais a sociedade, a luz do que estudiosos da área denominam: “Doutrina da Situação Irregular”

Partindo dessas premissas, legislações específicas tratam da matéria para que o Direito à Profissionalização seja garantido sem que haja exploração da Criança e Adolescente nas relações de trabalho, e para seja respeitado seu desenvolvimento de acordo com a idade em que se encontram, de acordo com as distinções entre as faixas etárias estabelecidas pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

Não obstante, a Constituição Federal de 1988 (art. 7º, XXXIII), proíbe trabalho noturno e insalubre aos menores de idade, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) trata de requisitos para disciplinar o contrato de aprendizagem. Além disso, em âmbito internacional, a Organização Internacional do Trabalho e, em âmbito Nacional, a portaria 20/2001 do Ministério do Trabalho e Emprego, enumeram oitenta e uma formas de trabalho considerados perigosos ou insalubres para menores de dezoito anos, vedando sua realização. A lei 10097/2000 (“Lei da Aprendizagem”), disciplina em detalhes como devem ser contratados adolescentes e jovens nas condições de aprendizes e seus requisitos.

O conjunto dessas legislações, em síntese, veda o trabalho ao menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz (que pode ser adolescente de 14 a 18 anos prioritariamente, e jovens de até 24 anos que estejam cursando ou tenha concluído o ensino fundamental), e disciplina, além da idade, sobre: o contrato de trabalho com o aprendiz (seus requisitos; atividades; férias; salário; etc.); sua jornada (máxima 6 horas diárias, vedando-se compensações e prorrogações, exceto que o aprendiz já tenha concluído o Ensino Fundamental, permitindo-se então até 8 horas diárias); Quais as empresas que são obrigadas a contratar (tratamento especial oferecido a Micro e Pequenas Empresas (conforme Lei 10097/2000 e art. 11 da Lei 9841/1999) e quantas vagas devem ofertar no mínimo e podem ofertar no máximo; e a prioridade ao desenvolvimento da Criança e do Adolescente, incluindo o desenvolvimento através do ensino escolar, ainda que em detrimento das atividades profissionais.

Ao considerar que o trabalho a menores de 16 anos é um fenômeno social que sempre existiu e está longe de ser extinto, sendo que este direito é tanto individual (sob o ponto de vista do adolescente), quanto social (embora não se trate de conduzir os jovens em situação de risco à alguma ocupação, como propaga-se pelo senso comum, e sim da perspectiva da Doutrina da Proteção Integral), houve a necessidade da regulação da matéria a respeito, e há sempre a necessidade da criação de Políticas Públicas que possam atender essa demanda da sociedade, colocando os adolescentes a salvo de riscos na inserção no mercado de trabalho. Para isso faz-se necessário enfrentar desafios relacionados ao trabalho Infantil (considerações específicas a respeito do tema no produto 3 deste diagnóstico); a preparação do adolescente para o Mundo do Trabalho (na condição de aprendiz ou não); e questões específicas acerca da aprendizagem.

Sobre aprendizagem especificamente faz-se necessário observar que para configurá-la, é obrigatório que haja um programa de formação técnico profissional metódico, prevendo atividades teóricas e práticas e que o aprendiz deve ser remunerado tanto por uma quanto pela outra, não devendo o aspecto laboral prevalecer sobre o educativo. O aspecto educativo deve ainda ser constituído de forma gradual em nível de complexidade, tanto é que o contrato de aprendizagem deve constituir-se de três partes: a Empresa contratante; o Aprendiz (com assistência de seu responsável); e a Entidade que ministra a aprendizagem.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho é regida, no que se refere ao repasse de recursos e estabelecimento de Diretrizes, pelo Ministério do Trabalho e Emprego com a criação de Programas; Planos e direcionando o gestor tanto no âmbito Municipal quanto Estadual. Relevante mencionar que em 2003 o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador instituiu o Plano Nacional de Qualificação (PNQ. Resolução 333/2003, do referido Conselho), estabelecendo população prioritária, para inserção nos programas de geração de renda e empregabilidade. Dentre as prioridades mencionadas, há duas para as quais devemos nos atentar (além do disposto na Constituição Federal sobre a absoluta prioridade à profissionalização de adolescentes e Jovens, que destaca a prioridade de assegurar esse direito aos adolescentes): jovens que devem ser contemplados nas ações de primeiro emprego e jovens egressos de medidas socioeducativas. De forma geral o § 1º, do art. 8º, da referida resolução ainda dispõe sobre a preferência às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

Dito isso, observaremos ao longo deste relatório que há necessidade de materialização desses direitos já positivados, principalmente no que diz respeito à observação das prioridades.

O principal motivo dificultador a respeito da efetivação deste direito fundamental consiste em equacionar: as necessidades do empregador e suas possibilidades para contratação; as possibilidades de fiscalização do órgão competente; o planejamento financeiro e orçamentário da política pública a respeito do assunto; adequação as expectativas do adolescente para preparação e inserção no mercado de trabalho, bem como o perfil do adolescente x perfil exigido pela empresa (visto que o Direito não pode ser garantido a apenas um perfil específico de adolescentes considerando a Universalização dos Direitos Fundamentais); e as questões culturais inerentes às famílias.

Dito isso, pode se mensurar a complexidade da equação a ser realizada, de forma que este capítulo do presente Diagnóstico se propõe a olhar, considerando a importância e a perspectiva de cada um dos atores envolvidos nesse processo, os dados referentes ao ano de 2016 e as possibilidades e limitações que eles nos apresentam.

2. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO

O diagnóstico, neste capítulo específico, buscou mapear o conjunto de atores do SGDCA de Curitiba envolvidos com o Direito a Profissionalização e Proteção ao Trabalho de adolescentes. Os casos referentes a trabalho infantil foram abordados no Volume III³ deste diagnóstico, o qual falava da garantia do Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade.

Neste sentido, foram realizadas visitas e coletas de dados na Fundação de Ação Social – FAS, nas Entidades de atendimento relacionadas ao tema, na Secretaria de Estado da Educação – SEED, no Ministério Público do Trabalho e nas entidades de atendimento relacionadas ao tema, no sentido de promover uma sistematização dos dados disponíveis por estes segmentos, além de pesquisa qualitativa através de entrevistas em profundidade com adolescentes beneficiados com os programas e projetos.

Outras informações foram solicitadas, como: número de vagas ofertadas para aprendizagem; número de empresas consideradas com obrigatoriedade de contratação; e, número de aprendizes contratados por estas empresas. Porém, houve dificuldade na obtenção destas informações nos órgãos fiscalizadores dos programas de aprendizagem.

A coleta de dados nas instituições, órgãos e equipamentos, seguiu o padrão de coleta de fatos, notificações ou atendimentos, ocorridos entre as datas de 01/01/2016 a 31/12/2016, no território do Município de Curitiba, entre a faixa etária de 14 a 21 anos.

Relembrando a classificação da Rede de Atendimento⁴, as instituições, órgãos e entidades de defesa somadas às de promoção à profissionalização e ao trabalho de Curitiba somam um total de 77 unidades, detalhadas na Tabela 2.1 a seguir:

³ Essa separação foi solicitada em edital.

⁴ Vide Volume I do Diagnóstico da Infância e Juventude de Curitiba.

Tabela 2.1: Instituições, Órgãos e Entidades do SGDCA, envolvidos com a política de atendimento na promoção e defesa da profissionalização e do trabalho

Descrição	Quant.	(%)
Entidades de Atendimento	31	40,3%
Aprendizagem	24	77,4%
Estágio	2	6,5%
Pré - Aprendizagem	2	6,5%
Qualificação Profissional	2	6,5%
Protagonismo e cidadania	1	3,2%
SINE (Agência Pública de Emprego)	10	13,0%
Portal do futuro (Protagonismo e cidadania)*	7	9,1%
Diretoria de Qualificação para o Trabalho	26	33,8%
Liceu de Ofícios (Qualificação Profissional)	24	92,3%
Programas de preparação para o mercado de trabalho	2	7,7%
Guarda Mirim do Paraná (Aprendizagem)**	1	1,3%
Ministério do Trabalho e Emprego	1	1,3%
Ministério Público do Trabalho	1	1,3%
Total de Instituições, Órgãos e Entidades	77	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2017.

*O Portal do Futuro atuou até 2016, tendo seus trabalhos encerrados em 2017.

**A diretoria oferta dois programas: FAS Aprendiz e Mobiliza.

Nota: Algumas instituições sem coleta de dados estão no Apêndice 1 deste volume.

Com exceção das entidades de atendimento, que são todas da Organização da Sociedade Civil – OSC, as outras instituições ou órgãos descritos na tabela são do setor público.

As entidades de atendimento foram divididas por temas para facilitar a visualização da atuação da rede de atendimento em Curitiba.

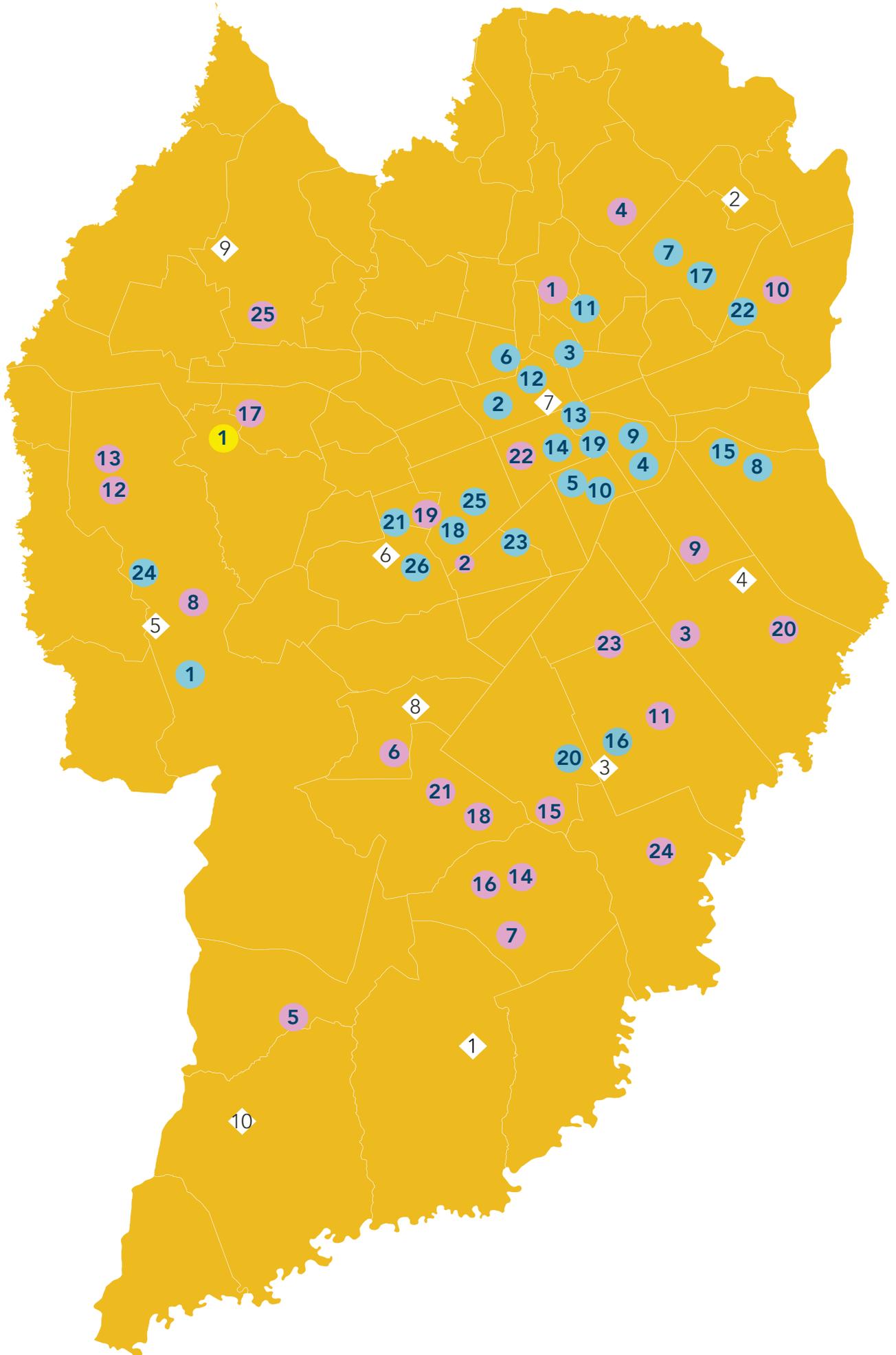
Começando pelo Portal do Futuro, que em sua atuação objetivava fazer com que o jovem protagonizasse sua trajetória. O Portal do Futuro esteve em atividade até 2017, quando foi descontinuado pela nova gestão de Curitiba.

A Diretoria de Qualificação para o Trabalho oferta o FAS Aprendiz, realizado com instituições parceiras, o Mobiliza, realizado na rede de atendimento (CRAS, CREAS, UAI, etc.) e nos Liceus de Ofícios à qualificação profissional.

O programa Guarda Mirim do Paraná, vinculado à SEED, possibilita aos adolescentes e jovens entre 14 e 18 anos (preferencialmente em situação risco e/ou vulnerabilidade social) o ingresso formal no mundo do trabalho por meio de cursos vinculados ao Programa de Aprendizagem.

Com estes dados o relatório se apresenta em 2 grandes grupos, sendo, o de direito à Profissionalização que aborda desde a preparação até a qualificação profissional, e o de direito à Proteção no Mercado de trabalho que informa sobre a fiscalização do MP no que diz respeito ao cumprimento da Lei de Aprendizagem e as vagas, e no estágio para jovens, considerando apenas as agências públicas de ofertas.

Mapa 1: Mapa da rede de atendimento: Entidades ou Organizações relacionadas aos atores do SGDCA de Curitiba envolvidos com o Direito à Profissionalização e Proteção ao Trabalho:



SINE

(Agência Pública de Emprego)

- 1 SINE Bairro Novo
- 2 SINE Boa Vista
- 3 SINE Boqueirão
- 4 SINE Cajuru
- 5 SINE CIC
- 6 SINE Portão
- 7 SINE Matriz
- 8 SINE Pinheirinho
- 9 SINE Santa Felicidade
- 10 SINE Tatuquara



Qualificação Profissional/Aprendizagem

Setor público

- 1 Guarda Mirim do Paraná
- 2 Liceu de Ofícios Gralha Azul
- 3 Liceu de Ofícios Carmo
- 4 Liceu de Ofícios Boa Vista
- 5 Liceu de Ofícios Santa Rita
- 6 Liceu de Ofícios Pinheirinho
- 7 Liceu de Ofícios CAIC Bairro Novo
- 8 Liceu de Ofícios CAIC Cândido Portinari
- 9 Liceu de Ofícios Vila Oficinas
- 10 Liceu de Ofícios Bairro Alto
- 11 Liceu de Ofícios Uberaba
- 12 Liceu de Ofícios Fazendinha
- 13 Liceu de Ofícios Casa Klemtz
- 14 Liceu de Ofícios Vila Tecnológica
- 15 Liceu de Ofícios Xapinhal
- 16 Liceu de Ofícios Sítio Cercado
- 17 Liceu de Ofícios Campo Comprido
- 18 Liceu de Ofícios U.C. Sambaqui
- 19 Liceu de Ofícios Vila Leão
- 20 Liceu de Ofícios Cajuru
- 21 Liceu de Ofícios Gramados
- 22 Liceu de Ofícios Curitiba
- 23 Liceu de Ofícios Vila Hauer
- 24 Liceu de Ofícios Walkyria
- 25 Liceu de Ofícios Santa Felicidade

Diretoria de Qualificação para o Trabalho

Setor público

- 1 Diretoria de Qualificação para o Trabalho (FAS)

Entidade de Atendimento

OSC

- 1 Instituto Robert Bosch
- 2 Fundação Hildebrando de Araújo
- 3 Instituto Euvaldo Lodi - IEL
- 4 SENAI Campus das Indústria
- 5 Instituto Cidade Junior
- 6 Instituto Aprender & Trabalhar
- 7 Associação Beneficente Curitibana - ABC
- 8 Educação Social e Familiar do Paraná
- 9 Instituto Tibagi
- 10 Associação Paranaense de Cultura - APC
- 11 CIEE - PR
- 12 Associação de Ensino Social Profissionalizante - ESPRO
- 13 Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento - ISBET
- 14 Elo Agência de Apoio Social e Ambiental
- 15 Rede Esperança
- 16 SEST SENAT
- 17 Rede Nacional de Aprendizagem Promoção Social e Integração - RENAPSI
- 18 Universidade Livre para a Eficiência Humana - UNILEHU
- 19 Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional - GERAR
- 20 SENAI Boqueirão
- 21 SENAI Portão
- 22 Alvorecer Ação Social
- 23 Instituto Salesiano
- 24 SENAI CIC
- 25 RECRIAR
- 26 SESI

3. DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO

O diagnóstico vai tratar do direito à profissionalização observando três grupos distintos: a preparação para o mercado de trabalho; a aprendizagem; e, a profissionalização. Pretende-se com isto trazer os primeiros programas na rede de atendimento realizados com adolescentes e jovens no desenvolvimento de suas habilidades e na preparação para o trabalho, até a qualificação profissional, reconhecida como uma importante política pública para promover o exercício da cidadania.

3.1 PREPARAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO

A preparação para o mercado de trabalho, também conhecida como pré-aprendizagem, tem como proposta desenvolver o adolescente ou jovem para o mundo do trabalho. Os programas e projetos nesta fase são voltados para o desenvolvimento de habilidades profissionais, comportamentais e sociais, preparando e abrindo ao adolescente ou jovem a possibilidade de uma contratação futura no programa de aprendizagem.

Neste contexto, se mapeou as instituições, projetos e programas que trabalham com o tema no município. Ao todo, foram mapeados 3 projetos realizados por 2 instituições (FAS e Recriar) que trabalham o protagonismo e a pré-aprendizagem, ambas com o foco de preparação para o mercado de trabalho.

Quadro 1: Programa e projetos de preparação para o mercado de trabalho

PROGRAMA DE PROTAGONISMO E CIDADANIA	
<p>O Programa Mobiliza é desenvolvido pela Fundação de Ação Social (FAS) composto por oficinas de desenvolvimento de habilidades e competências, bem como, orientações para o acesso ao mundo do trabalho. Por meio do Ciclo Vivencial de Aprendizagem, conceitos como autoconhecimento, trabalhos em equipe, como fazer um currículo, marketing pessoal, entre muitos outros, são construídos coletivamente a partir das emoções e percepções do grupo após a vivência de dinâmicas específicas de cada temática. As oficinas, do Programa Mobiliza, são realizadas nos equipamentos de proteção básica e/ou especial do município de Curitiba. Sua periodicidade é avaliada por uma equipe composta por profissionais de nível operacional e estratégico, de acordo com a demanda do local onde serão executadas.</p>	<p>O Projeto Centro de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária - Um Lugar Amigo II⁵, da RECRIAR - Família e Adoção, é um projeto amplo em que partes das atividades converge ao tema do direito à profissionalização e a proteção do trabalho, promovendo o protagonismo e a cidadania com o desenvolvimento de adolescentes e jovens para a compreensão do processo transitório da adolescência para a idade adulta, desenvolvendo capacidades e preparando para o mercado de trabalho. Além disso, são disponibilizados computadores para uso dos adolescentes, com acesso a redes sociais para busca por vagas de trabalho e elaboração de currículo.</p>

5 Foram 79 atendimentos no ano de 2016 – mais informações no Volume II deste diagnóstico.

PROGRAMA DE PRÉ-APRENDIZAGEM

O **Programa FAS Aprendiz** é desenvolvido pela **Fundação de Ação Social (FAS)**, em parceria com entidades sociais de pré-aprendizagem. É destinado a adolescentes residentes em Curitiba. Consiste em módulos de formação de 80h a 129 horas, realizados em até 43 encontros, de segunda a sexta-feira, com carga horária diária de até 4 horas (manhã ou tarde). Os temas trabalhados preparam os adolescentes e jovens para acessar alternativas do Mundo do Trabalho. Os encontros acontecem nas entidades sociais conveniadas ou em espaços parceiros. Após a conclusão dos módulos, são realizados os encaminhamentos para acesso ao Mundo do Trabalho para: contratação como Aprendiz; cursos de Qualificação Profissional; e, intermediação para vagas de emprego (a depender da idade).

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2016.

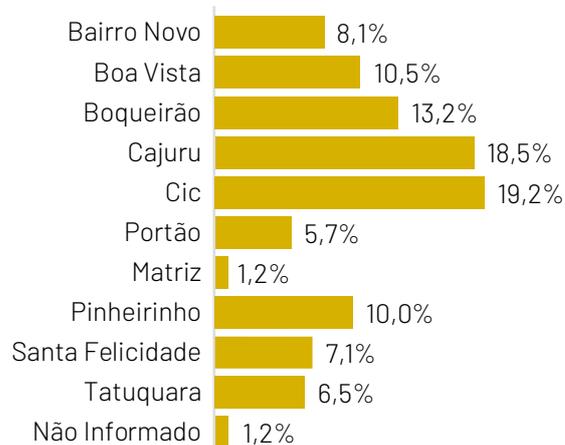
O Programa Mobiliza que atua com metodologia de sensibilização das pessoas no que se refere às competências e habilidades necessárias para o mundo do trabalho (FAS), teve como meta de atendimento em 2016 um total de 40 grupos, para o público de 14 a 59 anos (público ACESSUAS Trabalho - MDS), trabalhando com a aplicação de 3 módulos temáticos, compostos por 6 a 8 oficinas.

Para este diagnóstico focou-se em verificar o perfil dos 696 atendimentos do Programa Mobiliza, na faixa etária de 12 a 21 anos, dos quais 90,2% tinham entre 14 e 17 anos, e a maioria, 53,9% do gênero masculino. Os CRAS representaram 91,7%, dos locais onde foram realizadas as oficinas do programa. Destacamos também os 4,5% (31 participantes), de Unidades de Acolhimento Institucional⁶.

Sobre a residência dos adolescentes e jovens participantes do Programa Mobiliza, a Regional CIC representou 19,2% e a Regional Cajuru 18,5%.

Tabela 3.1: Regional de residência dos adolescentes e jovens que participaram do Programa Mobiliza

	Regional	Quant.	(%)
1	Bairro Novo	56	8,1%
2	Boa Vista	72	10,5%
3	Boqueirão	91	13,2%
4	Cajuru	127	18,5%
5	CIC	132	19,2%
6	Portão	39	5,7%
7	Matriz	8	1,2%
8	Pinheirinho	69	10,0%
9	Santa Felicidade	49	7,1%
10	Tatuquara	45	6,5%
	Não informado	8	1,2%
	Total	688	100,0%



Fonte: FAS/ST, 2016.

O programa de pré-aprendizagem desenvolvido pela FAS é chamado de Programa FAS Aprendiz, é executado por entidades sociais parceiras e compreende a capacitação dos adolescentes ou jovens para oportunidades no Programa de Aprendizagem. O programa consiste em módulos de formação de 80h a 129 horas, realizados em até 43 encontros, de segunda a sexta-feira, com carga horária diária de até 4 horas (manhã ou tarde), realizado nas entidades regulamentadas.

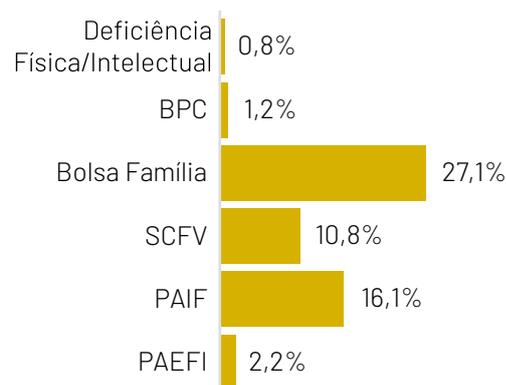
6 No Volume 2 deste diagnóstico, este público foi apontado como prioritário para estes programas. Os adolescentes que estão acolhidos e com o poder familiar destituídos se mostraram as margens da adoção e sem respaldos de políticas públicas para sua juventude.

Em 2016 o programa teve início somente no segundo semestre, devido ao processo de chamamento público para a concretização da parceria entre a FAS e as entidades realizadoras. Formou, neste segundo semestre, um total de 863 pré-aprendizes, na maioria do gênero masculino (54,9%), e entre as idades de 14 e 15 anos (52,3%). Os adolescentes entre 16 e 17 anos somaram 42,9%, mostrando que existe uma maior demanda nas idades mais novas pelo programa. Outro dado importante do perfil é que apenas 0,8% dos pré-aprendizes possuíam alguma deficiência (apenas 7 adolescentes do total e 863).

Um dos pré-requisitos essenciais para o adolescente ou jovem participar do programa de pré-aprendizagem do FAS Aprendiz é a identificação de alguma situação de vulnerabilidade, seja ela apontada pela equipe técnica ou identificada em jovens e adolescentes usuários de serviços sociais municipais ou federais. Nos registros de dados fornecidos identificou-se apenas o percentual de beneficiários de programas federais, mostrado na tabela a seguir, a qual aponta que 27,1% dos adolescentes e jovens no programa de pré-aprendizagem são beneficiários do Programa bolsa Família.

Tabela 3.1.2: Perfil dos adolescentes e jovens do Programa FAS Aprendiz em 2016

Característica	Quant.	Total	(%)
Deficiência Física/Intelectual	7	863	0,8%
BPC	10	863	1,2%
BOLSA FAMILIA	234	863	27,1%
SCFV	93	863	10,8%
PAIF	139	863	16,1%
PAEFI	19	863	2,2%



Fonte: FAS, 2016.

BPC: Benefício de Prestação Continuada

SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

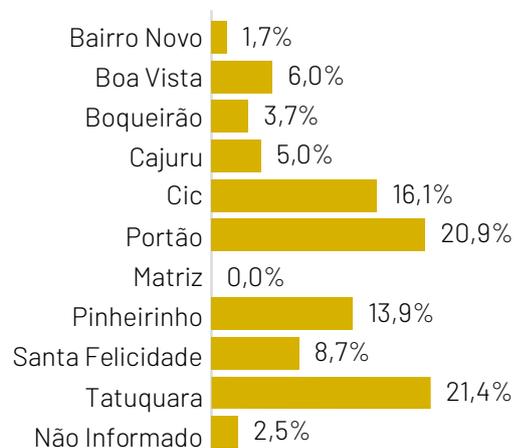
PAIF: Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI: Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

Os cursos foram realizados por várias instituições, tendo as regionais Tatuquara (21,4%) e Portão (20,9%) o maior número de participantes da pré-aprendizagem.

Tabela 3.1.3: Regional de residências dos pré-aprendizes do Programa FAS Aprendiz de 2016

Regional de Residência	Quant.	(%)
1 Bairro Novo	15	1,7%
2 Boa Vista	52	6,0%
3 Boqueirão	32	3,7%
4 Cajuru	43	5,0%
5 CIC	139	16,1%
6 Portão	180	20,9%
7 Matriz	0	0,0%
8 Pinheirinho	120	13,9%
9 Santa Felicidade	75	8,7%
10 Tatuquara	185	21,4%
Não informado	22	2,5%
Total	863	100,0%



Fonte: FAS (Programa FAS Aprendiz), 2016.

Sobre a demanda reprimida do programa de pré-aprendizagem FAS Aprendiz, em 2016, foram registrados 1.279 inscritos, sendo 61,2% destes com idade entre 14 e 15 anos e 54,8% do gênero masculino. A maioria, 88,0%, já possuía Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e Cartão Transporte (69,0%). Ressaltamos que neste total, 0,9% (11 adolescentes) tinham entre 12 e 13 anos. Estes, mesmo não tendo a idade permitida em lei, se inscreveram mostrando interesse no programa.

Sobre o perfil de renda per capita dos inscritos, a tabela a seguir mostra que 44,8% não tinham informação.

Tabela 3.1.4: Perfil da renda familiar per capita dos cadastrados para participar do Programa FAS Aprendiz em 2016

Renda per capita	Quant.	(%)
Sem rendimentos	59	4,6%
Até R\$ 85,00	118	9,2%
De R\$ 86,00 a R\$ 100,00	12	0,9%
De R\$ 101,00 a R\$ 200,00	107	8,4%
De R\$ 201,00 a R\$ 300,00	99	7,7%
De R\$ 301,00 a R\$ 400,00	58	4,5%
De R\$ 401,00 a R\$ 500,00	63	4,9%
R\$ 501,00 ou mais	190	14,9%
Não informado	573	44,8%
Total	1.279	100,0%

Fonte: FAS (Programa FAS Aprendiz), 2016.

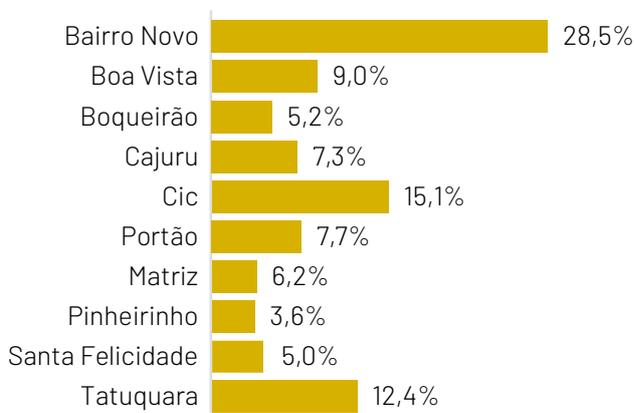


Se compararmos a tabela que mostra a Regional de residência dos que participaram do programa de pré-aprendizagem FAS Aprendiz, com a tabela (a seguir) da residência dos cadastrados na fila de espera (demanda reprimida), percebe-se que a Regional do Bairro Novo é uma das que menos teve adolescentes formados no programa, conseqüentemente, é uma das regionais com o maior percentual de adolescentes na espera do programa (28,5%), ¼ do total que aguardam uma vaga no programa.

Tabela 3.1.5: Regional de residência dos cadastrados para participar do Programa FAS Aprendiz em 2016

Regional	Quant.	(%)
1 Bairro Novo	364	28,5%
2 Boa Vista	115	9,0%
3 Boqueirão	66	5,2%
4 Cajuru	94	7,3%
5 CIC	193	15,1%
6 Portão	99	7,7%
7 Matriz	79	6,2%
8 Pinheirinho	46	3,6%
9 Santa Felicidade	64	5,0%
10 Tatuquara	159	12,4%
Total	1.279	100,0%

Fonte: FAS (Programa FAS Aprendiz), 2016.



Após a conclusão dos módulos no programa de pré-aprendizagem, FAS Aprendiz, são realizados os encaminhamentos para acesso ao Trabalho oportunizando uma possível contratação como Aprendiz, vagas em cursos de Qualificação Profissional, ou ainda, dependendo da idade, uma intermediação para vagas de emprego.

Como reforçado durante o texto, o Programa FAS Aprendiz, é um programa de pré-aprendizagem, ou seja, o adolescente ou jovem cumpre a parte teórica do projeto de aprendizagem ficando apto a ser um aprendiz. Em 2016, como o projeto iniciou apenas no segundo semestre, a taxa de efetividade de pré-aprendiz para aprendiz do programa da FAS foi de 12%. Se olharmos a taxa de efetividade de 2015, no qual o programa ocorreu durante todo o ano, a taxa foi de 45%, ou seja, de todos os adolescentes e jovens que participaram do programa de pré-aprendizagem FAS aprendiz, 45% viraram aprendiz (tiveram a contratação para aprendizagem) no Programa de Aprendizagem.

É importante ressaltar que o esforço na pré-aprendizagem é insuficiente se não existir a vaga de aprendizagem para a efetivação do programa conforme sugere a lei, trazendo a tona uma necessidade de conscientização das empresas na abertura de vagas, respeitando as cotas de aprendizagem.

3.2 APRENDIZAGEM

O Programa de Aprendizagem contempla duas etapas, a de aprendizagem teórica, realizada em uma entidade regulamentada para tanto e a aprendizagem prática, realizada nas empresas contratantes dos aprendizes.

A aprendizagem teórica tem como objetivo trabalhar conhecimentos sobre os processos administrativos, financeiros, recursos humanos e de atendimento ao cliente, além de conhecimentos sobre processos operacionais de estoque, arquivos, logística, saúde e produção. Já na aprendizagem prática, etapa esta realizada nas empresas que abrem vagas de aprendizagem, o objetivo é desenvolver atividades correspondentes aos temas abordados na etapa teórica.

Além da inserção do mercado de trabalho de uma forma estruturada, o contrato de aprendizagem assegura ao adolescente maior de 14 anos e ao jovem menor de 24 anos um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado em que o empregador se compromete a assegurar aprendizagem na formação técnico-profissional, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico (CLT, Art. 428).

Portanto, os Programas de Aprendizagem são aqueles em que o adolescente/jovem já está contratado pela empresa, diferentemente do programa de pré-aprendizagem. Para o acesso ao programa de aprendizagem, a contratação pode ser intermediada pelas instituições que realizam os Programas de Aprendizagem (etapa teórica) ou pelas próprias empresas (que ofertam as vagas da etapa prática), as quais selecionam adolescentes e jovens e os encaminham para realização do curso, para que cumpra com a obrigatoriedade de horas de aprendizagem teórica.

Não obstante, considera-se relevante para a finalidade deste diagnóstico, mencionar que as empresas abrem as vagas de aprendizagem (de conhecimento das instituições que realizam os cursos para que possam encaminhar os adolescentes para processo seletivo) e tem liberdade de escolha em relação ao perfil que se pretende contratar já que são elas que arcam com os custos da aprendizagem em si, tanto da remuneração do aprendiz, quanto os custos para realização da aprendizagem teórica. O que de forma direta interfere nesta conversão de pré-aprendizagem para aprendizagem de programas como o FAS Aprendiz (o qual subsidia a etapa teórica).

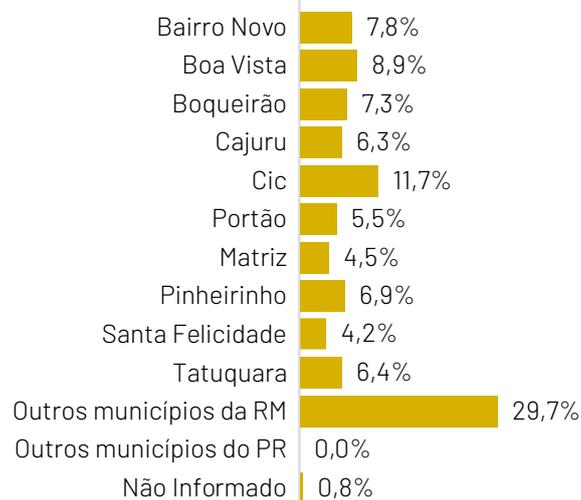
Os programas de aprendizagem são executados por várias instituições regulamentadas no MTE e registradas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Curitiba - COMTIBA, e formaram em 2016 um total de 14.570⁷ adolescentes e jovens no programa, sendo 71,6% de Curitiba e o restante da RM. Com relação ao perfil, 55,5% tinham entre 18 e 21 anos, característica um pouco diferente do encontrado no Programa FAS Aprendiz, no qual a maioria era de 14 a 15 anos. Em relação ao gênero, houve um equilíbrio de ambos os sexos de aproximadamente 39% (em torno de 21% não informaram o gênero).

Deste total de aprendizes de 2016, 28,4% são dos municípios da RM de Curitiba. Olhando os residentes em Curitiba, 13,8% são da Regional CIC. Novamente um desenho diferente do Programa FAS Aprendiz, no qual a Regional Tatuquara foi a que apresentou maior número de participantes.

⁷ Do total de instituições regulamentadas, duas não forneceram dados para este diagnóstico. Assim sendo, o total apresentado de aprendizes de 2016 é maior.

Tabela 3.2.1: Regional de residência dos aprendizes de 2016 do Programa Jovem Aprendiz

	Regional	Quant.	(%)
1	Bairro Novo	1.217	8,4%
2	Boa Vista	1.146	7,9%
3	Boqueirão	1.039	7,1%
4	Cajuru	939	6,4%
5	CIC	2.014	13,8%
6	Portão	742	5,1%
7	Matriz	582	4,0%
8	Pinheirinho	1.084	7,4%
9	Santa Felicidade	578	4,0%
10	Tatuquara	948	6,5%
	Outros municípios da RM	4.140	28,4%
	Outros municípios do PR	3	0,0%
	Não informado	138	0,9%
	Total	14.570	100,0%



Fonte: Programa Aprendiz, 2016.

Nota: Duas instituições não enviaram informações do quantitativo de aprendizes em 2016

Sabe-se, por fonte do MTE que existem aproximadamente 16 mil vagas de aprendizagem em Curitiba, o que mostra que o programa tem uma capacidade de atender apenas 7% da população total (aproximadamente 228 mil adolescentes e jovens de 14 a 21 anos), o que mais uma vez reforça a necessidade de uma fiscalização mais incisiva se as empresas cumprem com as cotas de aprendizagem e, ainda, uma reflexão na forma de acesso ao programa, que muitas vezes não dá oportunidade aos adolescentes e jovens mais vulneráveis.

Entrando na análise da taxa pela população residente em Curitiba na faixa etária de 14 a 17 anos, a Regional CIC apresenta uma melhor taxa, são 59 adolescentes a cada mil que participam de programas de aprendizagem por ano.

Indicador 1: Taxa de adolescentes que participaram de programas de aprendizagem

Definição: Número de adolescentes de 14 a 17 anos que participaram de programas de aprendizagem por mil habitantes da região geográfica.

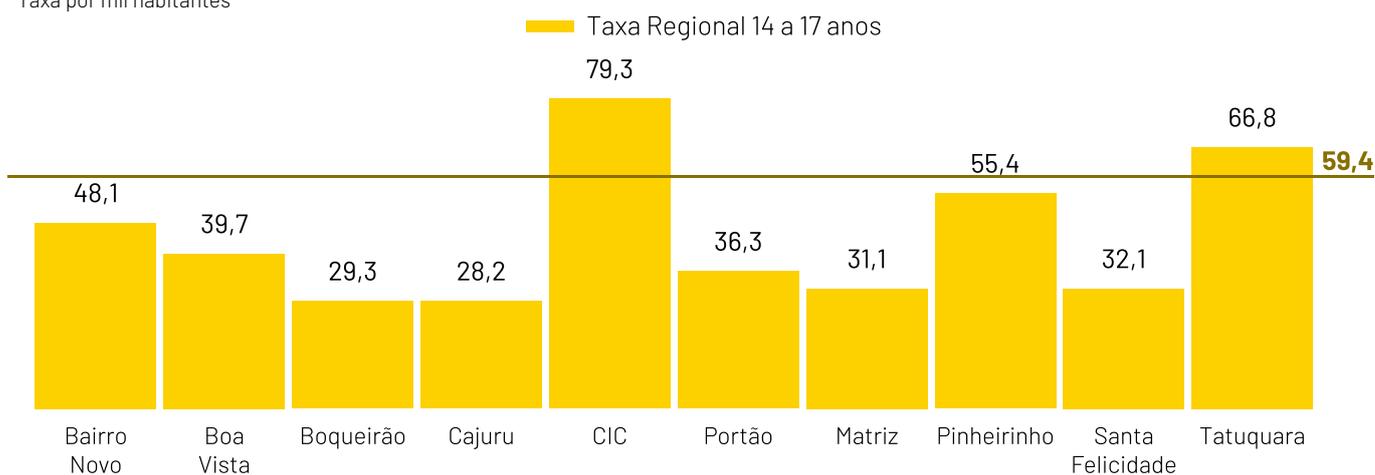
Tabela 3.2.2: Taxa de adolescentes (14 a 17 anos) que participaram de programas de aprendizagem por Regional

Regional	Total	População 14 a 17 anos	Taxa
1 Bairro Novo	528	10.984	48,1
2 Boa Vista	589	14.823	39,7
3 Boqueirão	376	12.827	29,3
4 Cajuru	398	14.135	28,2
5 CIC	1.057	13.330	79,3
6 Portão	340	9.355	36,3
7 Matriz	259	8.325	31,1
8 Pinheirinho	518	9.344	55,4
9 Santa Felicidade	281	8.765	32,1
10 Tatuquara	453	6.778	66,8
Não informado	47	-	-
Total	6.460	108.666	59,4

Fonte: Programa Aprendiz, 2016.

Nota: somente os moradores de Curitiba

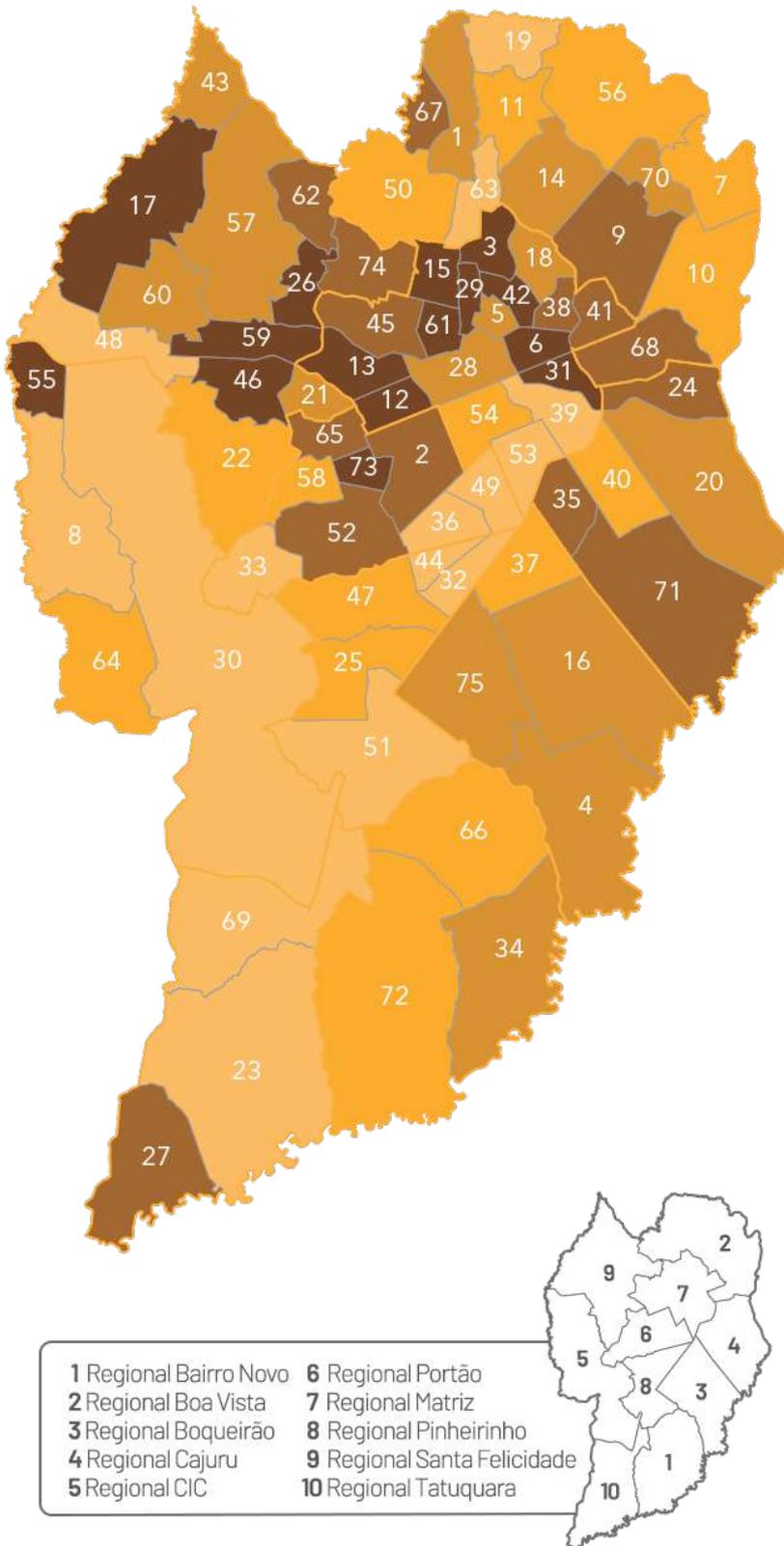
*Taxa por mil habitantes



É interessante trazer aqui que nos grupos qualitativos, com os pais e responsáveis por adolescentes de 12 a 17 anos de escolas públicas e privadas (apresentado no volume 5 deste diagnóstico), mostram que é dado um valor acentuado pelos dois públicos a esses programas, ressaltando a eficiência de tais, porém também trouxe reclamações no acesso destas vagas, a falta de diretriz e fiscalizações no que tange a “escolha” de quem pode entrar nas vagas aprendizagem.

Representação gráfica dos bairros de residência dos adolescentes de 14 a 17 anos que participaram de programas de aprendizagem

O mapa a seguir mostra a divisão dos bairros de Curitiba em cinco categorias conforme a população residente, diferenciando os bairros com as maiores taxas de adolescentes que participaram de programas de aprendizagem dos menores, conforme escala de cores.



Cor	Nº	Bairro	Quant.	População de 14 a 17 anos	Taxa
Muito baixo	55	Riviera	0	18	0,0
	61	São Francisco	0	255	0,0
	6	Alto da Rua XV	1	314	3,2
	13	Bigorrrilho	4	1.060	3,8
	3	Ahú	2	528	3,8
	42	Juvevê	2	461	4,3
	15	Bom Retiro	1	228	4,4
	73	Vila Izabel	3	477	6,3
	26	Cascatinha	1	133	7,5
	31	Cristo Rei	4	524	7,6
Baixo	59	Santo Inácio	3	371	8,1
	46	Mossunquê	5	547	9,1
	12	Batel	4	435	9,2
	17	Butiatuvinha	9	913	9,9
	29	Centro Cívico	2	173	11,6
	2	Água Verde	27	2.307	11,7
	41	Jardim Social	3	255	11,8
	65	Seminário	4	321	12,5
	38	Hugo Lange	2	151	13,2
	68	Tarumã	6	446	13,5
Médio	74	Vista Alegre	11	650	16,9
	35	Guabirotuba	11	606	18,2
	9	Bacacheri	22	1.158	19,0
	67	Taboão	4	201	19,9
	24	Capão da Imbuia	25	1.242	20,1
	45	Mercês	13	580	22,4
	52	Portão	49	2.144	22,9
	71	Uberaba	119	5.130	23,2
	27	Caximba	5	210	23,8
	62	São João	5	205	24,4
Alto	70	Tingui	17	671	25,3
	1	Abranches	22	867	25,4
	75	Xaxim	102	3.791	26,9
	16	Boqueirão	124	4.575	27,1
	43	Lamenha Pequena	2	72	27,8
	28	Centro	40	1.346	29,7
	4	Alto Boqueirão	114	3.724	30,6
	14	Boa Vista	52	1.647	31,6
	5	Alto da Glória	7	218	32,1
	57	Santa Felicidade	60	1.845	32,5
Muito alto	20	Cajuru	213	6.517	32,7
	18	Cabral	17	516	32,9
	21	Campina do Siqueira	13	345	37,7
	60	São Braz	53	1.396	38,0
	34	Ganchinho	38	947	40,1
	50	Pilarzinho	76	1.807	42,1
	54	Rebouças	26	613	42,4
	11	Barreirinha	42	987	42,6
	64	São Miguel	19	442	43,0
	10	Bairro Alto	124	2.849	43,5
Muito alto	56	Santa Cândida	94	2.147	43,8
	72	Umbará	69	1.499	46,0
	58	Santa Quitéria	30	642	46,7
	40	Jardim das Américas	30	640	46,9
	47	Novo Mundo	123	2.621	46,9
	22	Campo Comprido	87	1.798	48,4
	7	Atuba	51	1.053	48,4
	37	Hauer	36	737	48,8
	66	Sítio Cercado	421	8.538	49,3
	25	Capão Raso	107	2.155	49,7
Muito alto	19	Cachoeira	36	682	52,8
	33	Fazendinha	92	1.729	53,2
	8	Augusta	29	494	58,7
	51	Pinheirinho	213	3.545	60,1
	39	Jardim Botânico	16	256	62,5
	69	Tatuquara	289	4.528	63,8
	48	Orleans	32	490	65,3
	32	Fanny	36	511	70,5
	44	Lindóia	39	512	76,2
	36	Guaira	72	945	76,2
Muito alto	23	Campo de Santana	159	2.040	77,9
	49	Parolin	63	790	79,7
	30	CIC	1.009	12.376	81,5
	63	São Lourenço	43	308	139,6
53	Prado Velho	115	412	279,1	

A seguir, apresenta-se a taxa de jovens em programas de aprendizagem, a qual resultou em uma taxa maior do que a dos adolescentes, sendo de 67,2 contra 59,4. Faz-se, portanto necessária a reflexão acerca da proporcionalidade de atendimento entre esses dois grupos, visto que o grupo prioritário (14 a 17 anos) apresentou menores taxas.

Indicador 2: Taxa de jovens que participaram de programas de aprendizagem

Definição: Número de jovens de 18 a 21 anos que participaram de programas de aprendizagem por mil habitantes da região geográfica.

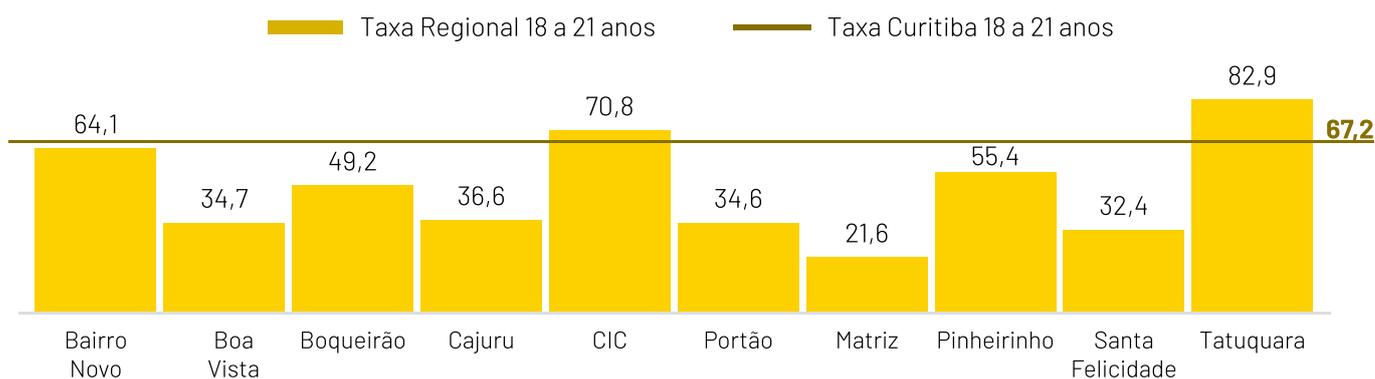
Tabela 3.2.3: Taxa de adolescentes (18 a 21 anos) que participaram de programas de aprendizagem por Regional

Regional	Total	População (18 a 21 anos)	Taxa
1 Bairro Novo	689	10.751	64,1
2 Boa Vista	556	16.011	34,7
3 Boqueirão	663	13.477	49,2
4 Cajuru	540	14.768	36,6
5 CIC	955	13.488	70,8
6 Portão	402	11.614	34,6
7 Matriz	321	14.837	21,6
8 Pinheirinho	566	10.221	55,4
9 Santa Felicidade	296	9.123	32,4
10 Tatuquara	495	5.972	82,9
Não informado	73	-	-
Total	8.083	120.262	67,2

Fonte: Programa Aprendiz, 2016.

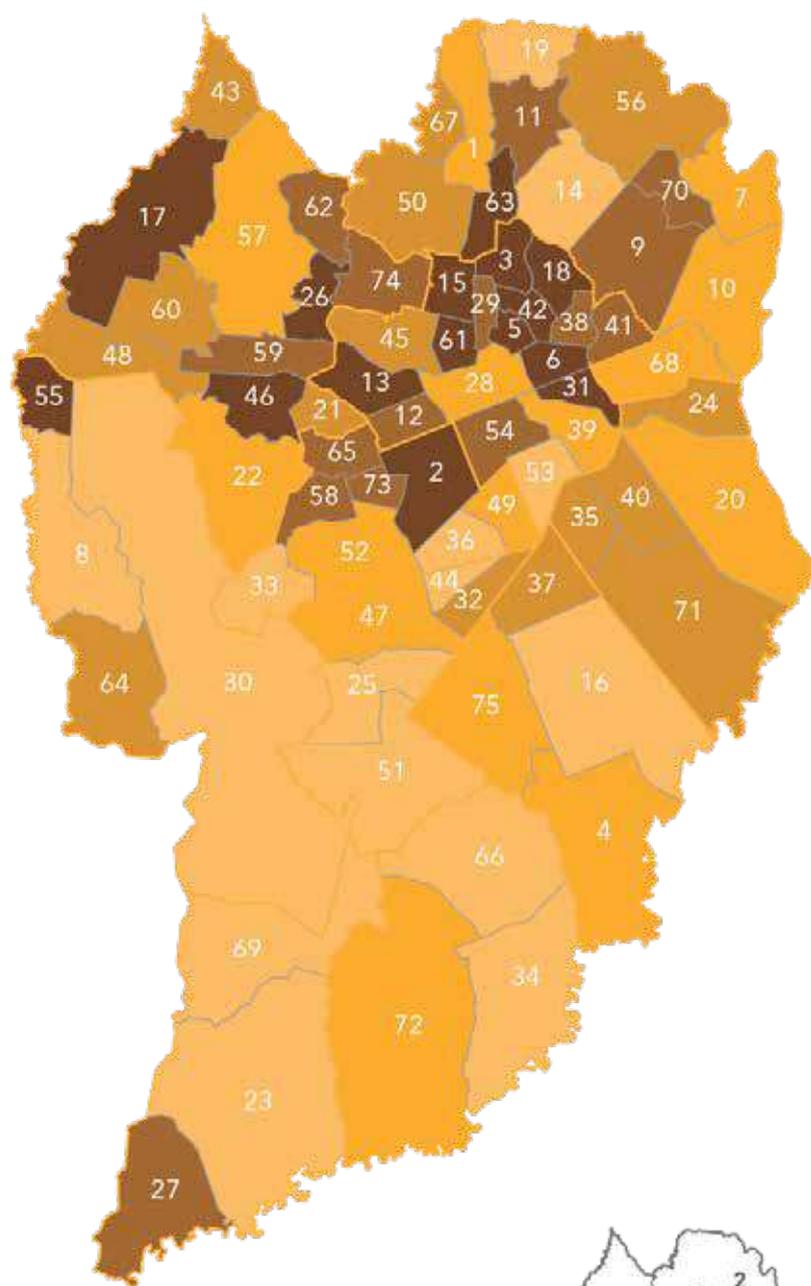
Nota: Somente os moradores de Curitiba

*Taxa por mil habitantes



Representação gráfica dos bairros de residência dos jovens de 18 a 21 anos que participaram de programas de aprendizagem

O mapa a seguir mostra a divisão dos bairros de Curitiba em cinco categorias conforme a população residente, diferenciando os bairros com as maiores taxas de jovens que participaram de programas de aprendizagem dos menores, conforme escala de cores.



- | | |
|------------------------|-----------------------------|
| 1 Regional Bairro Novo | 6 Regional Portão |
| 2 Regional Boa Vista | 7 Regional Matriz |
| 3 Regional Boqueirão | 8 Regional Pinheirinho |
| 4 Regional Cajuru | 9 Regional Santa Felicidade |
| 5 Regional CIC | 10 Regional Tatuquara |



Cor Nº	Bairro	Quant.	População de 18 a 21 anos	Taxa
5	Alto da Glória	0	330	0,0
26	Cascatinha	0	118	0,0
55	Riviera	0	27	0,0
3	Ahú	2	596	3,4
42	Juvevê	2	596	3,4
13	Bigorriho	8	2.010	4,0
31	Cristo Rei	4	986	4,1
6	Alto da Rua XV	2	449	4,5
17	Butiatuvinha	5	881	5,7
63	São Lourenço	2	350	5,7
15	Bom Retiro	2	319	6,3
18	Cabral	5	775	6,5
61	São Francisco	3	389	7,7
2	Água Verde	27	3.460	7,8
46	Mossunguê	5	599	8,3
62	São João	2	222	9,0
73	Vila Izabel	6	659	9,1
9	Bacacheri	13	1.404	9,3
29	Centro Cívico	3	296	10,1
70	Tingui	8	779	10,3
12	Batel	8	761	10,5
41	Jardim Social	4	309	12,9
59	Santo Inácio	6	431	13,9
74	Vista Alegre	9	641	14,0
65	Seminário	6	412	14,6
11	Barreirinha	17	1.125	15,1
27	Caximba	3	193	15,5
54	Rebouças	22	1.388	15,9
58	Santa Quitéria	13	743	17,5
38	Hugo Lange	3	171	17,5
21	Campina do Siqueira	9	472	19,1
40	Jardim das Américas	18	934	19,3
64	São Miguel	8	393	20,4
45	Mercês	15	714	21,0
35	Guabirotuba	15	678	22,1
43	Lamenha Pequena	2	87	23,0
32	Fanny	14	556	25,2
60	São Braz	40	1.510	26,5
50	Pilarzinho	51	1.899	26,9
67	Taboão	6	215	27,9
24	Capão da Imbuia	39	1.378	28,3
56	Santa Cândida	62	2.163	28,7
48	Orleans	14	465	30,1
71	Uberaba	151	4.955	30,5
37	Hauer	26	845	30,8
39	Jardim Botânico	13	404	32,2
1	Abranches	28	858	32,6
68	Tarumã	18	524	34,4
4	Alto Boqueirão	132	3.716	35,5
47	Novo Mundo	107	2.960	36,1
10	Bairro Alto	116	3.123	37,1
72	Umbará	51	1.335	38,2
7	Atuba	40	1.002	39,9
28	Centro	167	3.845	43,4
49	Parolin	37	807	45,8
20	Cajuru	317	6.823	46,5
52	Portão	126	2.646	47,6
75	Xaxim	195	3.907	49,9
22	Campo Comprido	97	1.795	54,0
57	Santa Felicidade	107	1.902	56,3
34	Ganchinho	48	805	59,6
25	Capão Raso	143	2.395	59,7
16	Boqueirão	310	5.009	61,9
36	Guaira	64	1.013	63,2
33	Fazendinha	123	1.874	65,6
51	Pinheirinho	254	3.726	68,2
66	Sítio Cercado	590	8.611	68,5
19	Cachoeira	49	684	71,6
30	CIC	910	12.566	72,4
8	Augusta	37	502	73,7
14	Boa Vista	146	1.885	77,5
69	Tatuquara	328	3.994	82,1
44	Lindóia	48	584	82,2
23	Campo de Santana	164	1.785	91,9
53	Prado Velho	58	499	116,2

3.3 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A qualificação profissional neste diagnóstico tem como principal objetivo identificar as regiões com maior demanda para cursos profissionalizantes, e mapear as instituições que oferecem esses cursos gratuitos para adolescentes e jovens. Neste contexto, mapeou-se as instituições, sendo 3 delas executoras e uma delas apoiadora⁸. As executoras de cursos profissionalizantes são:

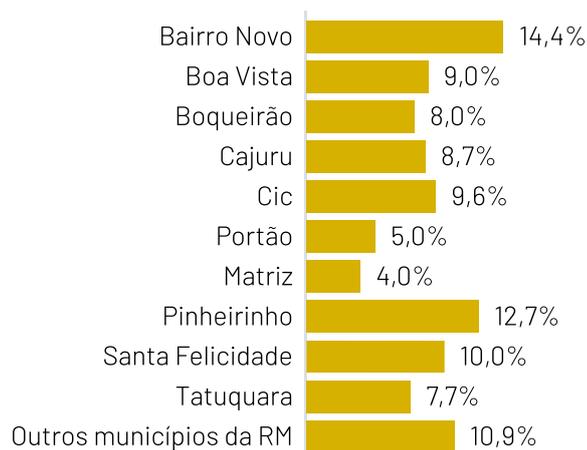
- 1) Liceus de Ofícios: um equipamento de atendimento da FAS, que anteriormente estava sobre a gestão da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego, e passou em 2016, para a Diretoria de Qualificação de Trabalho (FAS). Oferece cursos gratuitos de qualificação profissional, para a população a partir de 16 anos, com prioridade para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os cursos ampliam e diversificam conhecimentos e habilidades pessoais, promovendo a melhoria das condições para empregabilidade e geração de renda. A programação se renova a cada dois meses. São 14 áreas de atuação, com cursos de curta e média duração (CURITIBA, S/D);
- 2) Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE): instituição filantrópica de Assistência Social, mantida pelo empresariado nacional, que trabalha em prol da juventude estudantil brasileira oferecendo gratuitamente vários cursos, palestras e oficinas em diversos municípios do Estado por meio do Programa de Capacitação e Cidadania. O programa contempla estudantes cadastrados no CIEE/PR, matriculados no Ensino Médio, Técnico e Superior, sem deixar de atender aqueles que já concluíram seus estudos. O objetivo principal é incentivar o aperfeiçoamento profissional e pessoal, a inclusão social, promovendo a cidadania e a redução das desigualdades sociais. Público alvo: a juventude, seus familiares e sua comunidade;
- 3) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Integrante do Sistema FIEP. Possui mais de 50 unidades, distribuídas pelo Paraná e mantém Institutos de Tecnologia, nas mais diversas áreas de atuação industrial. A educação é um dos pilares do SENAI, que oferece cursos de iniciação profissional, aprendizagem industrial, qualificação e aperfeiçoamento profissional, cursos técnicos, graduação tecnológica e pós-graduação.

⁸ A Fundação Hildebrando de Araújo, apoia projetos junto a instituições executoras. Os projetos devem ser necessariamente de qualificação profissional com vistas à inserção do cidadão no universo do trabalho junto e, é indispensável que esses adolescentes e jovens beneficiados pela instituição executora estejam em situação de risco pessoal e social, oriundos de famílias de baixa renda

Relacionado aos Liceus de Ofícios obteve-se as informações a seguir. Em 2016 houve um total de 921 cadastrados até 21 anos, a maioria do gênero masculino (57,0%) e com idade entre 18 e 21 anos (61,6%). As Regionais do Bairro Novo e Pinheirinho foram as que mais tiveram adolescentes e jovens residentes se cadastrando no Liceu de Ofícios, juntas representam mais de ¼ dos inscritos (27,1%). Trazendo as informações por Bairro, o Sítio Cercado representou 14,5% e o Bairro CIC 10,5%, ou seja, dois bairros de Curitiba representam quase ¼ do total de cadastrados.

Tabela 3.3.1: Regional de residência dos adolescentes e jovens que se cadastraram no Liceu de Ofícios em 2016

Regional	Quant.	(%)
Bairro Novo	133	14,4%
Boa Vista	83	9,0%
Boqueirão	74	8,0%
Cajuru	80	8,7%
CIC	88	9,6%
Portão	46	5,0%
Matriz	37	4,0%
Pinheirinho	117	12,7%
Santa Felicidade	92	10,0%
Tatuquara	71	7,7%
Outros municípios da RM	100	10,9%
Total	921	100,0%



Fonte: FAS(Liceu de Ofícios), 2016.

Quando analisados os inscritos e iniciantes até 21 anos nos cursos, os Liceus de Ofícios, juntos em 2016 tiveram um total de 1.764 adolescentes e jovens que iniciaram os cursos de profissionalização, sendo um aproveitamento de 86,4% dos inscritos (total de inscritos 2.041). Esse número maior de inscritos nos cursos que o de cadastrados em 2016 (921) se deve ao fato de que os Liceus atendem demandas de adolescentes e jovens que se cadastraram em anos anteriores. O perfil continua o mesmo, a maioria de 18 a 21 anos (63,6%) e três cursos representam 80% das inscrições: Operador de processos de produção (33,3%); Operador de computador (24,8%); e, Desenvolvimento profissional e empregabilidade (22,2%).

Tabela 3.3.2: Curso oferecido nos Liceus de Ofícios em 2016 para iniciantes até 21 anos

Curso (Iniciantes)	Quant.	(%)
Operador de processos de produção	588	33,3%
Operador de computador	438	24,8%
Desenvolvimento profissional e empregabilidade	391	22,2%
Auxiliar administrativo	71	4,0%
Costura industrial	59	3,3%
Inglês para hotelaria	48	2,7%
Outros	169	9,6%
Total	1.764	100,0%

Fonte: FAS(Liceu de Ofícios), 2016.

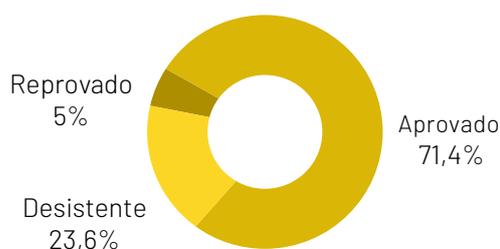
Depois deste panorama inicial de cadastrados, inscritos e iniciantes, apresenta-se agora o total de concluintes dos cursos oferecidos pelos Liceus de Ofícios no ano de 2016. Um total de 1.121 adolescentes e jovens que concluíram cursos profissionalizantes, sendo que 77,3% foram realizados nos próprios Liceus, 22,4% com parceria no SENAI e mais 0,3% com parceria do Supermercado Condor. Para o grupo analisado até 21 anos, ainda se mantém o perfil da maioria entre 18 e 21 anos (61,9%), porém acentua-se a proporção do gênero masculino (59,2% do total de concluintes).

A seguir a tabela apresenta a situação final dos concluintes, sendo que um grande percentual, 23,6% desistiu do curso. Esse percentual é maior no gênero masculino, 25,6% desistem dos cursos, enquanto no gênero feminino a desistência é de 20,8%. Analisado por faixa etária também se percebe que os adolescentes de 16 a 17 anos desistem mais dos cursos do que os jovens: enquanto 26,2% dos adolescentes desistem dos cursos, dos jovens 22,2% desistem. Tais características evidenciam um perfil menos aderente aos cursos: adolescentes do gênero masculino.

Tabela 3.3.3: Curso oferecido nos Liceus de Ofícios em 2016 para iniciantes até 21 anos

Situação final	Quant.	(%)
Aprovado	800	71,4%
Desistente	265	23,6%
Reprovado	56	5,0%
Total	1.121	100,0%

Fonte: FAS(Liceu de Ofícios), 2016.



Mais de 80% dos concluintes se formaram nos cursos de: Operador de processos de produção (35,1%); Operador de computador (29,9%); e, Desenvolvimento profissional e empregabilidade (19,9%).

Tabela 3.3.4: Cursos concluídos nos Liceus de Ofícios em 2016 até 21 anos

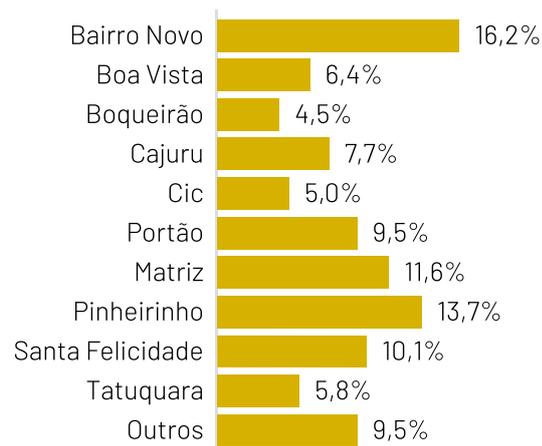
Curso	Quant.	(%)
Operador de processos de produção	394	35,1%
Operador de computador	335	29,9%
Desenvolvimento profissional e empregabilidade	223	19,9%
Auxiliar administrativo	42	3,7%
Inglês para hotelaria	23	2,1%
Outros	104	9,3%
Total Geral	1.121	100,0%

Fonte: FAS(Liceu de Ofícios), 2016.

As regionais com maior percentual de concluintes foi a Regional Bairro Novo (16,2%), seguido da Regional Pinheirinho com 11,6% do total de concluintes de cursos no Liceu de Ofícios.

Tabela 3.3.5: Regional de residências dos adolescentes e jovens que concluíram cursos nos Liceus de Ofícios em 2016 até 21 anos

	Regional	Total	(%)
1	Bairro Novo	182	16,2%
2	Boa Vista	72	6,4%
3	Boqueirão	50	4,5%
4	Cajuru	86	7,7%
5	CIC	56	5,0%
6	Portão	107	9,5%
7	Matriz	130	11,6%
8	Pinheirinho	154	13,7%
9	Santa Felicidade	113	10,1%
10	Tatuquara	65	5,8%
	Outros	106	9,5%
Total		1.121	100,0%

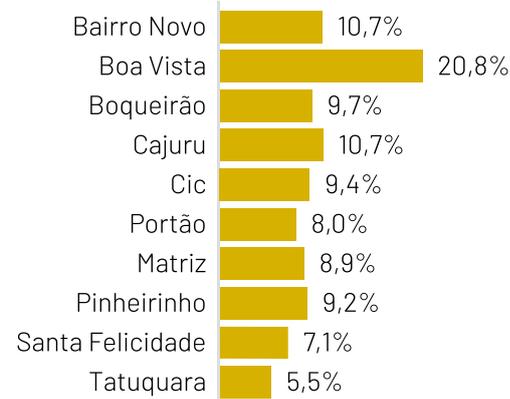


Fonte: FAS(Liceu de Ofícios), 2016.

No CIEE 17.694 adolescentes e jovens realizaram cursos, e nesta instituição prevalece o gênero feminino, representando 56,1% dos concluintes de cursos. Sobre a faixa etária houve novamente uma maior prevalência dos jovens (45,5%), os adolescentes de 16 a 17 anos representaram 35,8%, e os de 14 a 15 anos 18,6%. A maioria dos cursos foi realizada: no próprio CIEE (82,6%), outros 12,9% nas faculdades e ainda 3,6% nas escolas, concentrando sua oferta na Regional Matriz(95%). Todavia, como mostra a tabela abaixo, os residentes na Matriz que realizam os cursos são apenas 8,9%, a maioria vem da Regional Boa Vista, 20,8%.

Tabela 3.3.6: Regional de residência dos adolescentes e jovens que realizaram curso no CIEE

	Regional	Total	(%)
1	Bairro Novo	1.893	10,7%
2	Boa Vista	3.688	20,8%
3	Boqueirão	1.717	9,7%
4	Cajuru	1.890	10,7%
5	CIC	1.660	9,4%
6	Portão	1.417	8,0%
7	Matriz	1.571	8,9%
8	Pinheirinho	1.632	9,2%
9	Santa Felicidade	1.255	7,1%
10	Tatuquara	971	5,5%
Total		17.694	100,0%



Fonte: CIEE, 2016.

No total foram realizados 81 tipos de cursos organizados em grupos, sendo os cursos do grupo comportamental os mais frequentados, correspondendo a 31,2% do total de concluintes. Os cursos nesta área são de oratória, arte de bem falar entre outros. O segundo grupo de curso mais frequentado no CIEE são os de Administração (22,7%), este grupo contempla cursos de auxiliar administrativo, matemática financeira e outros.

Tabela 3.3.7: Área dos cursos oferecidos no CIEE em 2016

Área do Curso	Quant.	(%)
Comportamental	5.519	31,2%
Administração	4.013	22,7%
Informática / Tecnologia	3.888	22,0%
Marketing / Vendas	2.361	13,3%
Atendimento	593	3,4%
Línguas / Letras	481	2,7%
Industrial	249	1,4%
Outros	590	3,3%
Total	17.694	100,0%

Fonte: CIEE, 2016.

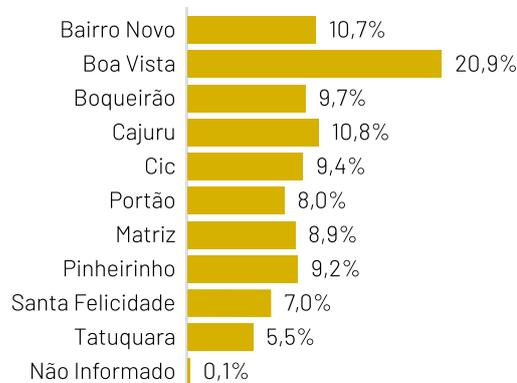


O CIEE também tem uma demanda reprimida em relação à oferta de cursos, e em 2016 a lista atingiu 17.813 adolescentes e jovens aguardando cursos, sendo novamente a maioria da Regional Boa Vista (20,9%).

Tabela 3.3.8: Área dos cursos oferecidos no CIEE em 2016

Regional	Quant.	(%)
1 Bairro Novo	1.901	10,7%
2 Boa Vista	3.717	20,9%
3 Boqueirão	1.727	9,7%
4 Cajuru	1.921	10,8%
5 CIC	1.679	9,4%
6 Portão	1.417	8,0%
7 Matriz	1.577	8,9%
8 Pinheirinho	1.634	9,2%
9 Santa Felicidade	1.250	7,0%
10 Tatuquara	977	5,5%
Não informado	13	0,1%
Total	17.813	100,0%

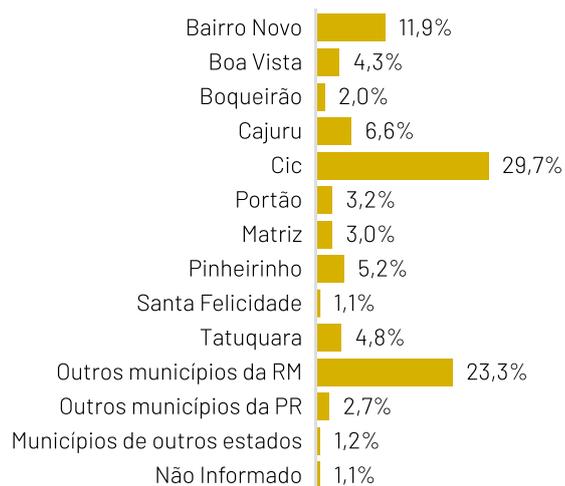
Fonte: CIEE, 2016.



Dentre os vários cursos do SENAI (Ver APÊNDICE 2), a qualificação profissional atendeu 562 adolescentes e jovens de 16 a 21 anos, dos quais mais de 60% tinham acima de 18 anos. A Regional CIC somou o maior número de participantes, representando 29,7% do total como mostra a tabela a seguir:

Tabela 3.3.9: Regional de residências dos adolescentes e jovens que realizaram curso de qualificação profissional no SENAI

	Regional	Total	(%)
1	Bairro Novo	67	11,9%
2	Boa Vista	24	4,3%
3	Boqueirão	11	2,0%
4	Cajuru	37	6,6%
5	CIC	167	29,7%
6	Portão	18	3,2%
7	Matriz	17	3,0%
8	Pinheirinho	29	5,2%
9	Santa Felicidade	6	1,1%
10	Tatuquara	27	4,8%
	Outros municípios da RM	131	23,3%
	Outros municípios do PR	15	2,7%
	Municípios de outros estados	7	1,2%
	Não Informado	6	1,1%
	Total	562	100,0%

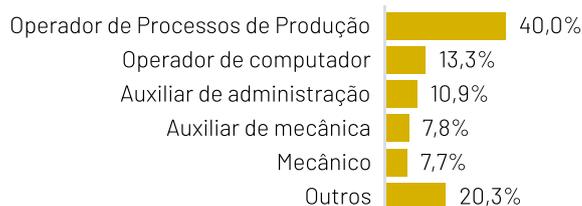


Fonte: SENAI, 2016.

Os principais cursos realizados foram de operador de processos de produção (40,0%) e operador de computador (13,3%).

Tabela 3.3.10: Área dos cursos de qualificação profissional oferecidos no SENAI em 2016

Área do Curso	Quant.	(%)
Operador de Processos de Produção	225	40,0%
Operador de computador	75	13,3%
Auxiliar de administração	61	10,9%
Auxiliar de mecânica	44	7,8%
Mecânico	43	7,7%
Outros	114	20,3%
Total	562	100,0%



Fonte: SENAI, 2016.

Para analisar a regionalidade da oferta e demanda de cursos gratuitos de profissionalização para adolescentes e jovens, somou-se os dados do Liceu de Ofícios, com os do SENAI e os do CIEE, construindo então dois indicadores: Oferta de cursos nas faixas etária de 14 a 17 e de 18 a 21 anos e a demanda reprimida nas mesmas faixas etárias (dados apenas do CIEE e do Liceu de Ofícios).

Na taxa de participação regionalizada, a informação ficou penalizada pela falta de Bairro de moradias dos adolescentes e jovens que concluíram cursos nos Liceus de Ofícios (427 adolescentes sem registro de regional de residência - 4,2%). A maior parte dos adolescentes que passaram por qualificação profissional, foi capacitada pelo CIEE (9.641 adolescentes - 94,3%). O SENAI representou 1,6% do total de capacitados.

Pela taxa, percebe-se que quatro Regionais, na maioria as mais afastadas da região central de Curitiba, são as que têm mais adolescente por mil habitantes qualificados, sendo elas: Boa Vista (134), Bairro Novo (109), Pinheirinho (105) e Tatuquara (104). A média da cidade de Curitiba é de 94 adolescentes a cada mil, na faixa etária de 14 a 17 anos, qualificados por ano para o mercado de trabalho.

Indicador 3: Taxa de adolescentes de 14 a 17 anos que concluíram cursos de profissionalização

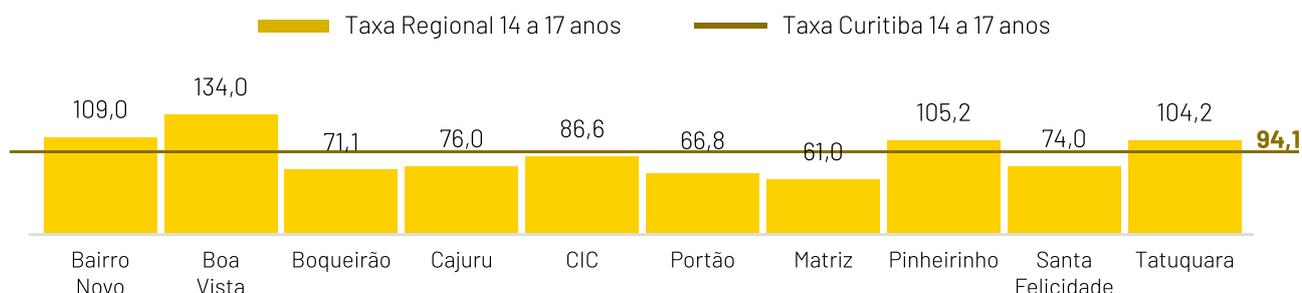
Definição: Número de adolescentes que concluíram cursos de profissionalização por mil habitantes da região geográfica.

Tabela 3.3.11: Taxa de adolescentes (14 a 17 anos) que concluíram cursos de profissionalização por Regional

Regional	Quant.	População	Taxa
1 Bairro Novo	1.197	10.984	109,0
2 Boa Vista	1.986	14.823	134,0
3 Boqueirão	912	12.827	71,1
4 Cajuru	1.074	14.135	76,0
5 CIC	1.155	13.330	86,6
6 Portão	625	9.355	66,8
7 Matriz	508	8.325	61,0
8 Pinheirinho	983	9.344	105,2
9 Santa Felicidade	649	8.765	74,0
10 Tatuquara	706	6.778	104,2
Não informado	432	-	-
Total	10.227	108.666	94,1

Fontes: CIEE/SENAI/LICEU DE OFÍCIOS, 2016.

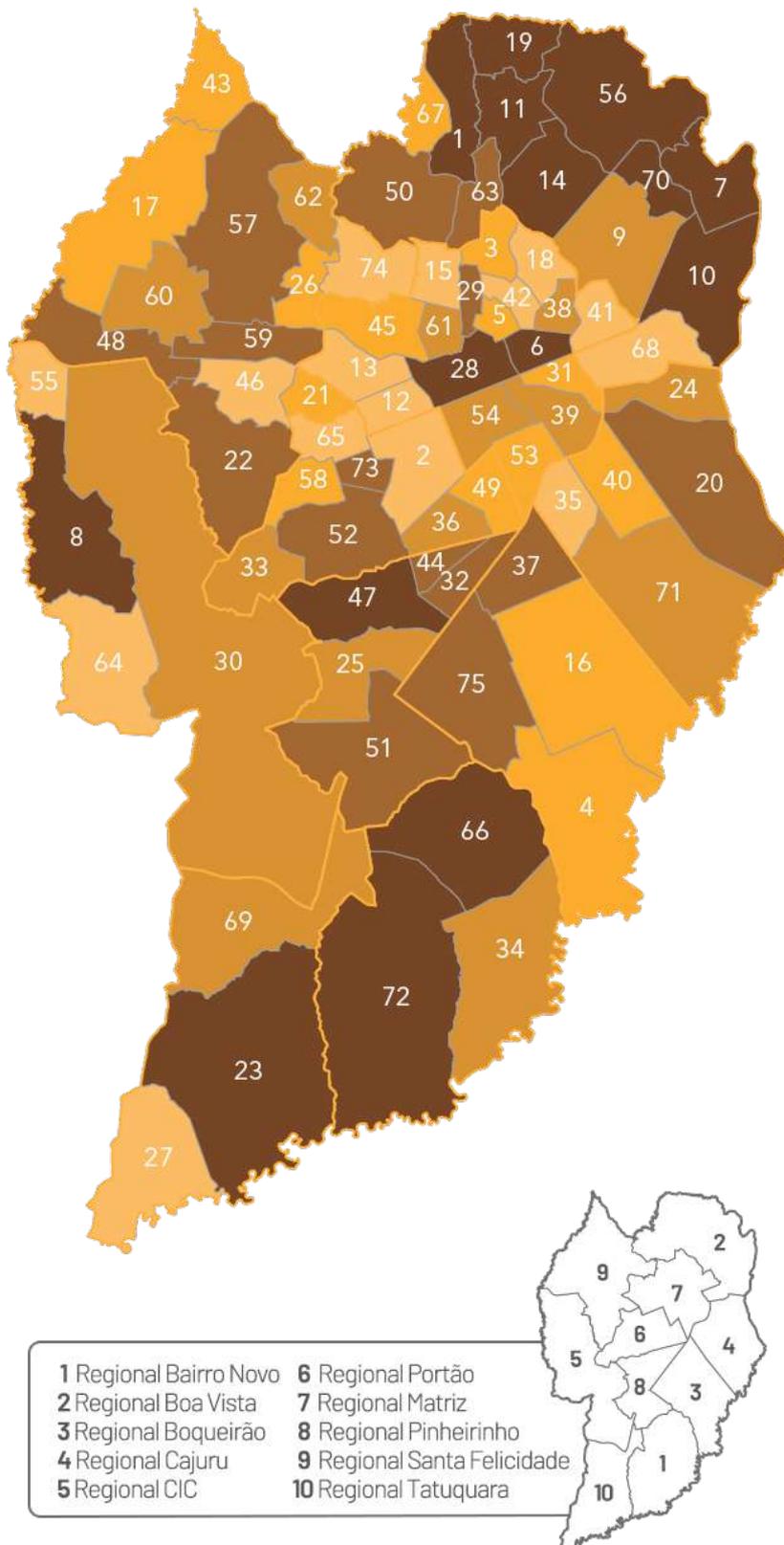
*Taxa por mil habitantes



Já para os jovens, essa média cai para 74,8. Ressalta-se, que essa informação se refere apenas a jovens que frequentaram cursos gratuitos de qualificação profissional. Novamente, a Regional Boa Vista se destaca com a maior taxa, sendo 107 jovens de 18 a 21 anos qualificados por cursos gratuitos no ano em Curitiba.

Representação gráfica dos bairros de residência dos adolescentes de 14 a 17 anos que participaram de cursos de profissionalização

O mapa a seguir mostra a divisão dos bairros de Curitiba em cinco categorias conforme a população residente, diferenciando os bairros com as maiores taxas de adolescentes que participaram de cursos de profissionalização dos menores, conforme escala de cores.



Cor	Nº	Bairro	Quant.	População de 14 a 17 anos	Taxa
Muito baixo	55	Riviera	0	18	0,0
	68	Tarumã	4	446	9,0
	65	Seminário	3	321	9,3
	13	Bigorrião	11	1.060	10,4
	41	Jardim Social	4	255	15,7
	64	São Miguel	7	442	15,8
	27	Caximba	4	210	19,0
	15	Bom Retiro	5	228	21,9
	18	Cabral	13	516	25,2
	42	Juvevê	12	461	26,0
Baixo	46	Mossunguê	17	547	31,1
	12	Batel	15	435	34,5
	35	Guabirota	21	606	34,7
	74	Vista Alegre	23	650	35,4
	2	Água Verde	83	2.307	36,0
	53	Prado Velho	16	412	38,8
	43	Lamenha Pequena	3	72	41,7
	49	Parolin	33	790	41,8
	45	Mercês	25	580	43,1
	17	Butiatuvinha	40	913	43,8
Médio	26	Cascatinha	6	133	45,1
	31	Cristo Rei	25	524	47,7
	40	Jardim das Américas	31	640	48,4
	3	Ahú	27	528	51,1
	16	Boqueirão	245	4.575	53,6
	67	Taboão	11	201	54,7
	5	Alto da Glória	13	218	59,6
	58	Santa Quitéria	39	642	60,7
	21	Campina do Siqueira	21	345	60,9
	4	Alto Boqueirão	241	3.724	64,7
Alto	38	Hugo Lange	10	151	66,2
	39	Jardim Botânico	17	256	66,4
	24	Capão da Imbuia	84	1.242	67,6
	71	Uberaba	363	5.130	70,8
	9	Bacacheri	82	1.158	70,8
	54	Rebouças	45	613	73,4
	25	Capão Raso	163	2.155	75,6
	36	Guairá	76	945	80,4
	61	São Francisco	21	255	82,4
	62	São João	17	205	82,9
Muito alto	34	Ganchinho	79	947	83,4
	30	CIC	1.055	12.376	85,2
	33	Fazendinha	149	1.729	86,2
	60	São Braz	121	1.396	86,7
	69	Tatuquara	414	4.528	91,4
	22	Campo Comprido	165	1.798	91,8
	52	Portão	199	2.144	92,8
	59	Santo Inácio	35	371	94,3
	20	Cajuru	621	6.517	95,3
	50	Pilarzinho	173	1.807	95,7
48	Orleans	47	490	95,9	
37	Hauer	71	737	96,3	
57	Santa Felicidade	183	1.845	99,2	
32	Fanny	51	511	99,8	
63	São Lourenço	32	308	103,9	
75	Xaxim	394	3.791	103,9	
29	Centro Cívico	18	173	104,0	
44	Lindóia	55	512	107,4	
73	Vila Izabel	52	477	109,0	
51	Pinheirinho	391	3.545	110,3	
72	Umbará	167	1.499	111,4	
8	Augusta	56	494	113,4	
66	Sítio Cercado	980	8.538	114,8	
1	Abranches	104	867	120,0	
14	Boa Vista	207	1.647	125,7	
28	Centro	177	1.346	131,5	
11	Barreirinha	133	987	134,8	
10	Bairro Alto	395	2.849	138,6	
47	Novo Mundo	369	2.621	140,8	
23	Campo de Santana	314	2.040	153,9	
7	Atuba	170	1.053	161,4	
19	Cachoeira	111	682	162,8	
70	Tingui	126	671	187,8	
6	Alto da Rua XV	59	314	187,9	
56	Santa Cândida	481	2.147	224,0	

Do total de jovens qualificados, o Liceu de Ofícios qualificou 694 jovens (7,7%), o SENAI 250 (2,85) e o CIEE 8.997 (89,5%). Tendo a Regional Boa Vista com a maior taxa de participação, 107,8 jovens a cada mil de 18 a 21 anos. A Regional Tatuquara teve a menor taxa, 48,9.

Indicador 4: Taxa de jovens de 18 a 21 anos que participaram de cursos de profissionalização

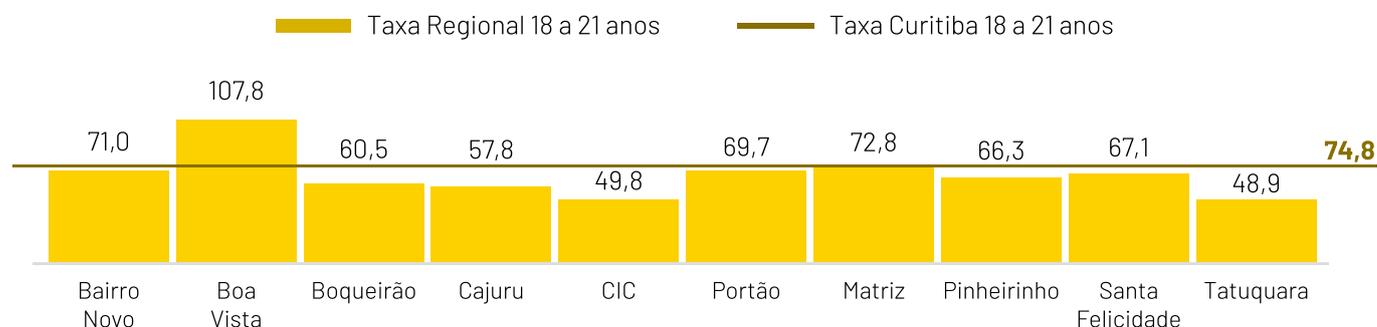
Definição: Número de jovens que participaram dos cursos de profissionalização por mil habitantes da região geográfica.

Tabela 3.3.12: Taxa de jovens (18 a 21 anos) que participaram de cursos de profissionalização por Regional

	Regional	Quant.	População	Taxa
1	Bairro Novo	763	10.751	71,0
2	Boa Vista	1.726	16.011	107,8
3	Boqueirão	816	13.477	60,5
4	Cajuru	853	14.768	57,8
5	CIC	672	13.488	49,8
6	Portão	810	11.614	69,7
7	Matriz	1.080	14.837	72,8
8	Pinheirinho	678	10.221	66,3
9	Santa Felicidade	612	9.123	67,1
10	Tatuquara	292	5.972	48,9
	Não informado	695	-	-
	Total	8.997	120.262	74,8

Fontes: CIEE/SENAI/LICEU DE OFÍCIOS, 2016.

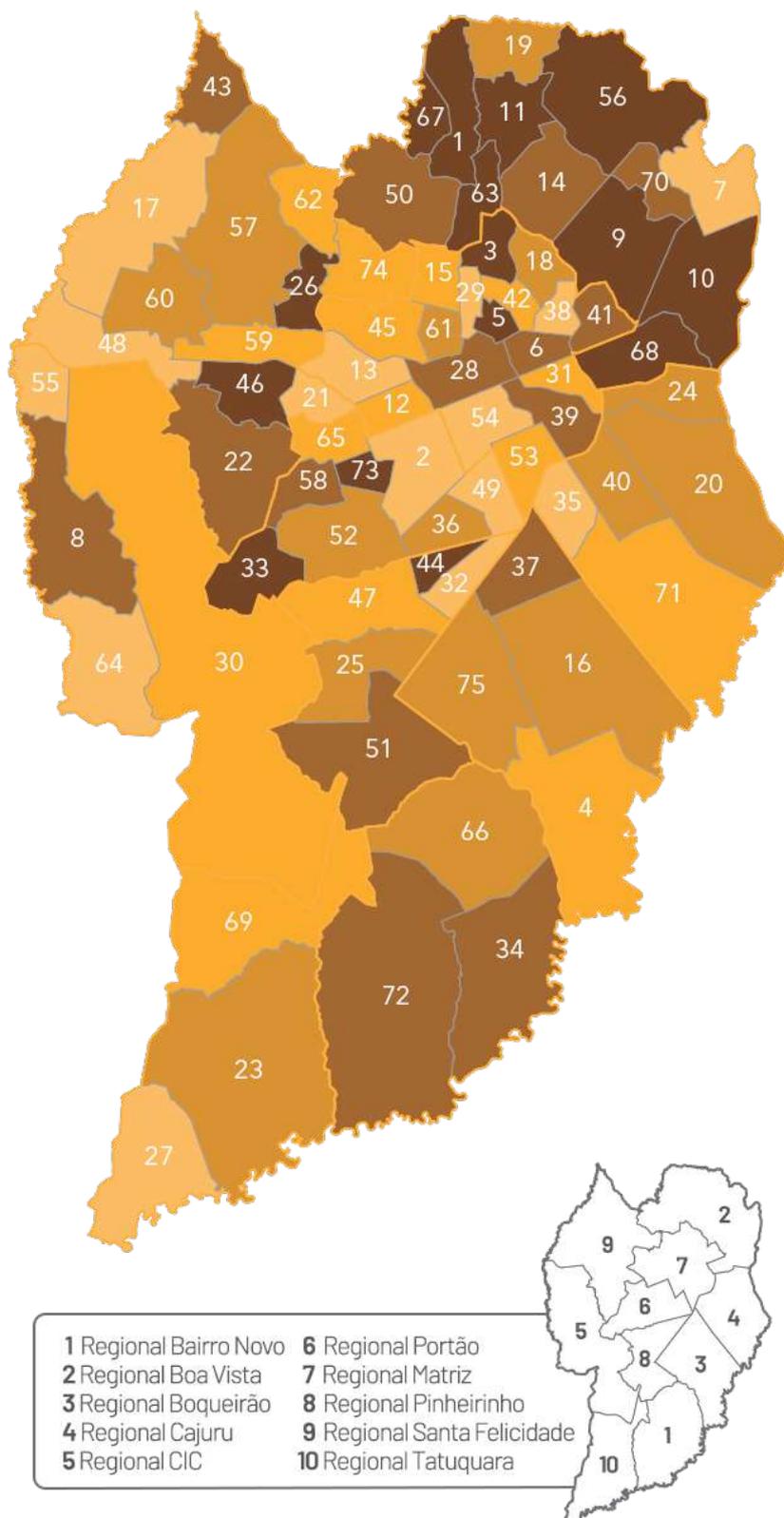
*Taxa por mil habitantes



Pela demanda reprimida apresentada adiante, percebe-se que é necessário intensificar a oferta de qualificação profissional. A taxa de demanda reprimida é quase a mesma dos adolescentes de 14 a 17 anos qualificados, e também as regionais com maior demanda reprimida são também as que apareceram com as maiores taxas de adolescentes qualificados para o mercado de trabalho.

Representação gráfica dos bairros de residência dos jovens de 18 a 21 anos que participaram de cursos de profissionalização

O mapa a seguir mostra a divisão dos bairros de Curitiba em cinco categorias conforme a população residente, diferenciando os bairros com as maiores taxas de jovens que participaram de cursos de profissionalização dos menores, conforme escala de cores.



Cor	Nº	Bairro	Quant.	População de 18 a 21 anos	Taxa
Muito baixo	55	Riviera	0	27	0,0
	64	São Miguel	4	393	10,2
	49	Parolin	12	807	14,9
	38	Hugo Lange	3	171	17,5
	27	Caximba	4	193	20,7
	21	Campina do Siqueira	11	472	23,3
	48	Orleans	12	465	25,8
	35	Guabirotuba	22	678	32,4
	13	Bigorrrilho	69	2.010	34,3
	2	Água Verde	141	3.460	40,8
Baixo	17	Butiatiuvinha	36	881	40,9
	7	Atuba	42	1.002	41,9
	54	Rebouças	59	1.388	42,5
	29	Centro Cívico	13	296	43,9
	32	Fanny	25	556	45,0
	42	Juvevê	27	596	45,3
	4	Alto Boqueirão	174	3.716	46,8
	15	Bom Retiro	15	319	47,0
	69	Tatuquara	188	3.994	47,1
	12	Batel	36	761	47,3
Médio	30	CIC	605	12.566	48,1
	65	Seminário	20	412	48,5
	47	Novo Mundo	145	2.960	49,0
	62	São João	11	222	49,5
	71	Uberaba	266	4.955	53,7
	53	Prado Velho	27	499	54,1
	74	Vista Alegre	35	641	54,6
	59	Santo Inácio	24	431	55,7
	45	Mercês	40	714	56,0
	31	Cristo Rei	57	986	57,8
Alto	24	Capão da Imbuia	82	1.378	59,5
	40	Jardim das Américas	57	934	61,0
	75	Xaxim	246	3.907	63,0
	25	Capão Raso	151	2.395	63,0
	20	Cajuru	454	6.823	66,5
	16	Boqueirão	343	5.009	68,5
	23	Campo de Santana	124	1.785	69,5
	19	Cachoeira	49	684	71,6
	66	Sítio Cercado	617	8.611	71,7
	52	Portão	192	2.646	72,6
Muito alto	57	Santa Felicidade	139	1.902	73,1
	60	São Braz	112	1.510	74,2
	36	Guaira	76	1.013	75,0
	18	Cabral	59	775	76,1
	61	São Francisco	30	389	77,1
	34	Ganchinho	64	805	79,5
	70	Tingui	62	779	79,6
	8	Augusta	40	502	79,7
	51	Pinheirinho	304	3.726	81,6
	22	Campo Comprido	156	1.795	86,9
14	Boa Vista	172	1.885	91,2	
58	Santa Quitéria	68	743	91,5	
6	Alto da Rua XV	42	449	93,5	
41	Jardim Social	29	309	93,9	
72	Umbará	127	1.335	95,1	
39	Jardim Botânico	39	404	96,5	
28	Centro	383	3.845	99,6	
37	Hauer	87	845	103,0	
50	Pilarzinho	196	1.899	103,2	
43	Lamenha Pequena	9	87	103,4	
73	Vila Izabel	69	659	104,7	
68	Tarumã	55	524	105,0	
10	Bairro Alto	328	3.123	105,0	
63	São Lourenço	37	350	105,7	
1	Abranches	92	858	107,2	
46	Mossunguê	70	599	116,9	
3	Ahú	71	596	119,1	
33	Fazendinha	251	1.874	133,9	
9	Bacacheri	189	1.404	134,6	
11	Barreirinha	153	1.125	136,0	
56	Santa Cândida	326	2.163	150,7	
44	Lindóia	97	584	166,1	
5	Alto da Glória	102	330	309,1	
67	Taboão	70	215	325,6	
26	Cascatinha	49	118	415,3	

Na demanda reprimida, o Liceu de Ofícios apresenta 354 adolescentes na espera por qualificação profissional, e o CIEE 9.714. Proporcionalmente pela população, as Regionais, Boa Vista, Bairro Novo, Pinheirinho e Tatuquara são as que mais têm adolescentes na espera de qualificação.

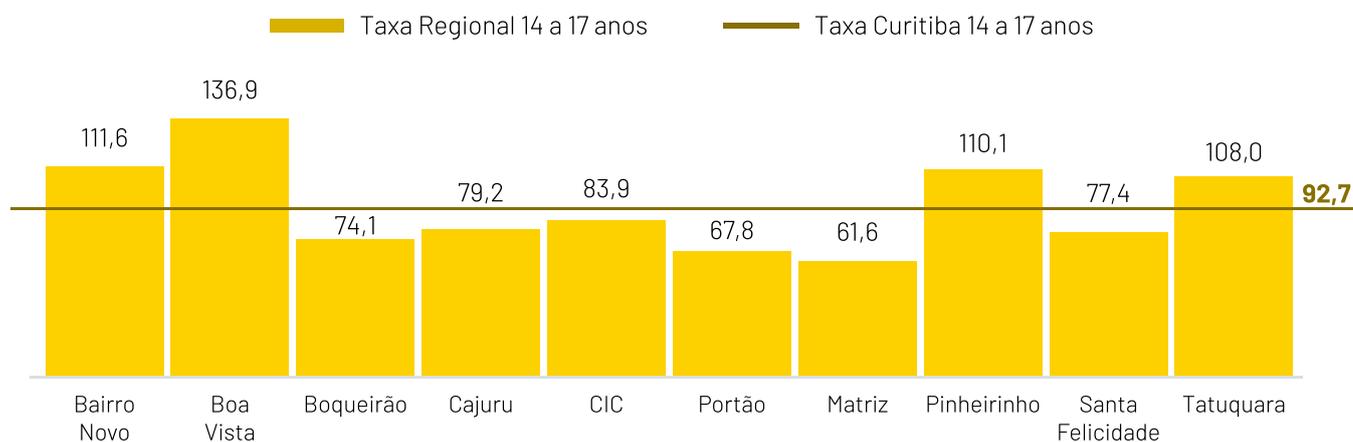
Indicador 5: Taxa de demanda reprimida de adolescentes para cursos de profissionalização

Definição: Número de adolescentes que se cadastraram para cursos de profissionalização e não foram atendidos por mil habitantes da região geográfica.

Tabela 3.3.13: Taxa de demanda reprimida adolescentes (14 a 17 anos) que se cadastraram para cursos de profissionalização por Regional

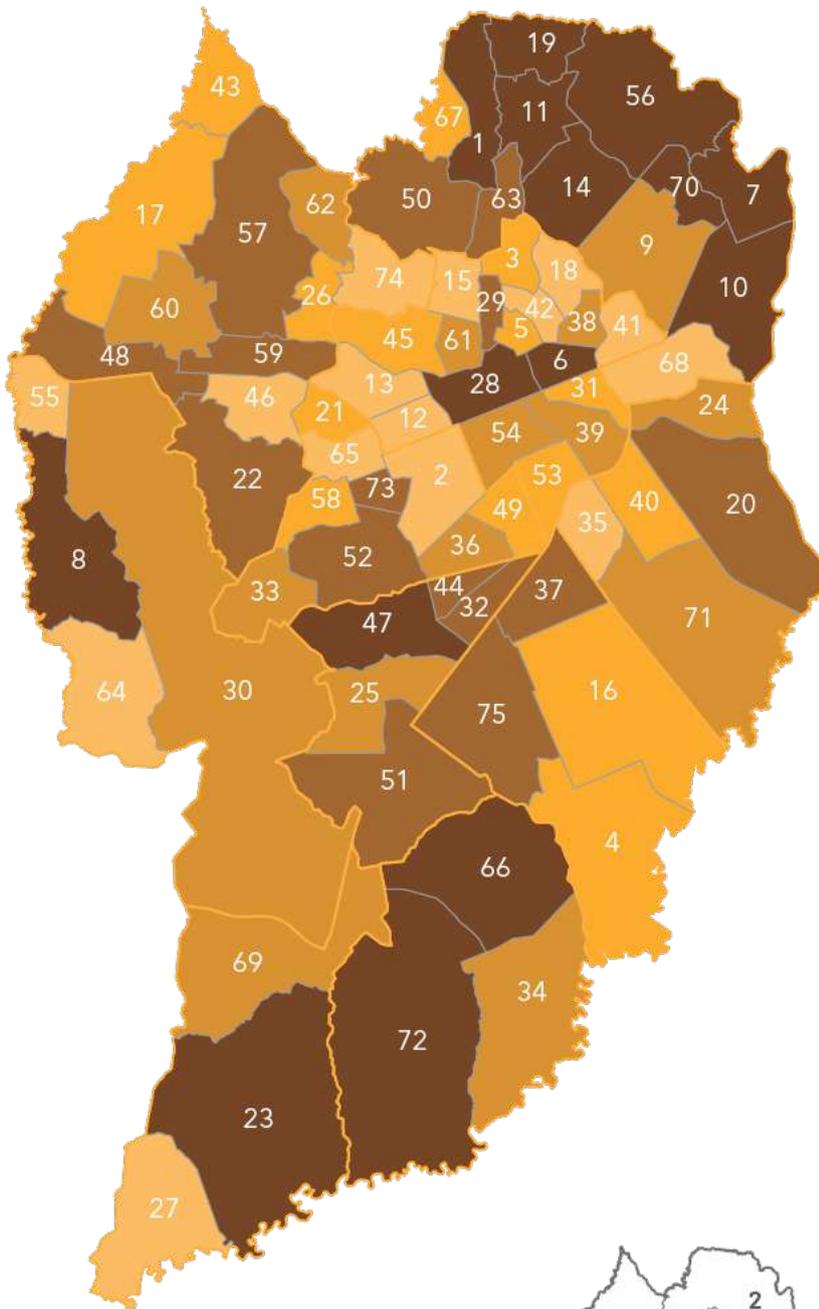
Regional	Adolescentes que concluíram cursos			Total	
	Liceu de Ofícios	CIEE	Soma	População	Taxa
1 Bairro Novo	49	1.177	1.226	10.984	111,6
2 Boa Vista	26	2.003	2.029	14.823	136,9
3 Boqueirão	35	916	951	12.827	74,1
4 Cajuru	36	1.084	1.120	14.135	79,2
5 CIC	28	1.090	1.118	13.330	83,9
6 Portão	16	618	634	9.355	67,8
7 Matriz	8	505	513	8.325	61,6
8 Pinheirinho	58	971	1.029	9.344	110,1
9 Santa Felicidade	36	642	678	8.765	77,4
10 Tatuquara	33	699	732	6.778	108,0
Outros municípios da RM	29	9	38	-	-
Total	354	9.714	10.068	108.666	92,7

Fonte: LICEU DE OFÍCIOS/CIEE, 2016.



Representação gráfica dos bairros de residência de adolescentes de 14 a 17 anos que se cadastraram para cursos de profissionalização e não foram atendidos.

O mapa a seguir mostra a divisão dos bairros de Curitiba em cinco categorias conforme a população residente, diferenciando os bairros com as maiores taxas de adolescentes que se cadastraram para cursos de profissionalização e não foram atendidos, dos menores, conforme escala de cores.



- 1 Regional Bairro Novo
- 2 Regional Boa Vista
- 3 Regional Boqueirão
- 4 Regional Cajuru
- 5 Regional CIC
- 6 Regional Portão
- 7 Regional Matriz
- 8 Regional Pinheirinho
- 9 Regional Santa Felicidade
- 10 Regional Tatuquara

Cor	Nº	Bairro	Quant.	População de 14 a 17 anos	Taxa
Muito alto	56	Santa Cândida	473	2.147	220,3
	6	Alto da Rua XV	59	314	187,9
	70	Tingui	126	671	187,8
	19	Cachoeira	110	682	161,3
	7	Atuba	169	1.053	160,5
	23	Campo de Santana	306	2.040	150,0
	47	Novo Mundo	355	2.621	135,4
	10	Bairro Alto	394	2.849	138,3
	11	Barreirinha	131	987	132,7
	28	Centro	175	1.346	130,0
Alto	14	Boa Vista	200	1.647	121,4
	1	Abranches	103	867	118,8
	66	Sítio Cercado	936	8.538	109,6
	8	Augusta	56	494	113,4
	72	Umbará	164	1.499	109,4
	51	Pinheirinho	362	3.545	102,1
	73	Vila Izabel	52	477	109,0
	44	Lindóia	55	512	107,4
	29	Centro Cívico	18	173	104,0
	75	Xaxim	386	3.791	101,8
Médio	63	São Lourenço	30	308	97,4
	32	Fanny	48	511	93,9
	57	Santa Felicidade	170	1.845	92,1
	37	Hauer	68	737	92,3
	48	Orleans	47	490	95,9
	50	Pilarzinho	171	1.807	94,6
	20	Cajuru	598	6.517	91,8
	59	Santo Inácio	35	371	94,3
	52	Portão	199	2.144	92,8
	22	Campo Comprido	158	1.798	87,9
Baixo	69	Tatuquara	390	4.528	86,1
	60	São Braz	115	1.396	82,4
	33	Fazendinha	135	1.729	78,1
	30	CIC	1.027	12.376	83,0
	34	Ganchinho	77	947	81,3
	62	São João	16	205	78,0
	61	São Francisco	20	255	78,4
	36	Guairá	75	945	79,4
	25	Capão Raso	151	2.155	70,1
	54	Rebouças	45	613	73,4
Muito baixo	9	Bacacheri	81	1.158	69,9
	71	Uberaba	351	5.130	68,4
	24	Capão da Imbuia	84	1.242	67,6
	39	Jardim Botânico	14	256	54,7
	38	Hugo Lange	9	151	59,6
	4	Alto Boqueirão	235	3.724	63,1
	21	Campina do Siqueira	21	345	60,9
	58	Santa Quitéria	39	642	60,7
	5	Alto da Glória	13	218	59,6
	67	Taboão	11	201	54,7
16	Boqueirão	227	4.575	49,6	
3	Ahú	27	528	51,1	
40	Jardim das Américas	31	640	48,4	
31	Cristo Rei	25	524	47,7	
26	Cascatinha	2	133	15,0	
17	Butiatuvinha	39	913	42,7	
45	Mercês	25	580	43,1	
49	Parolin	33	790	41,8	
43	Lamenha Pequena	2	72	27,8	
53	Prado Velho	16	412	38,8	
2	Água Verde	82	2.307	35,5	
74	Vista Alegre	20	650	30,8	
35	Guabirotuba	20	606	33,0	
12	Batel	15	435	34,5	
46	Mossunguê	17	547	31,1	
42	Juvevê	11	461	23,9	
18	Cabral	13	516	25,2	
15	Bom Retiro	5	228	21,9	
27	Caximba	3	210	14,3	
64	São Miguel	7	442	15,8	
41	Jardim Social	4	255	15,7	
13	Bigorrião	11	1.060	10,4	
65	Seminário	3	321	9,3	
68	Tarumã	4	446	9,0	
55	Riviera	0	18	0,0	

A taxa de demanda reprimida de qualificação profissional para jovens é praticamente a mesma que a qualificada. No Liceu de Ofícios, se levarmos em consideração o quantitativo a demanda reprimida representa 80% do total de concluintes em 2016 (567/624).

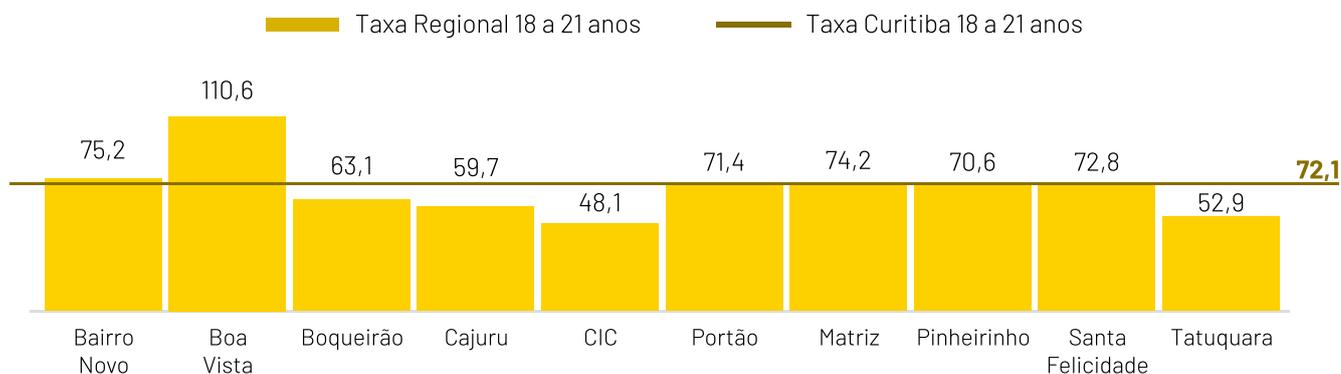
Indicador 6: Taxa de demanda reprimida de jovens de 18 a 21 anos para cursos de profissionalização

Definição: Número de jovens que se cadastraram para cursos de profissionalização por mil habitantes da região geográfica.

Tabela 3.3.14: Taxa de demanda reprimida jovens (18 a 21 anos) que se cadastraram para cursos de profissionalização por Regional

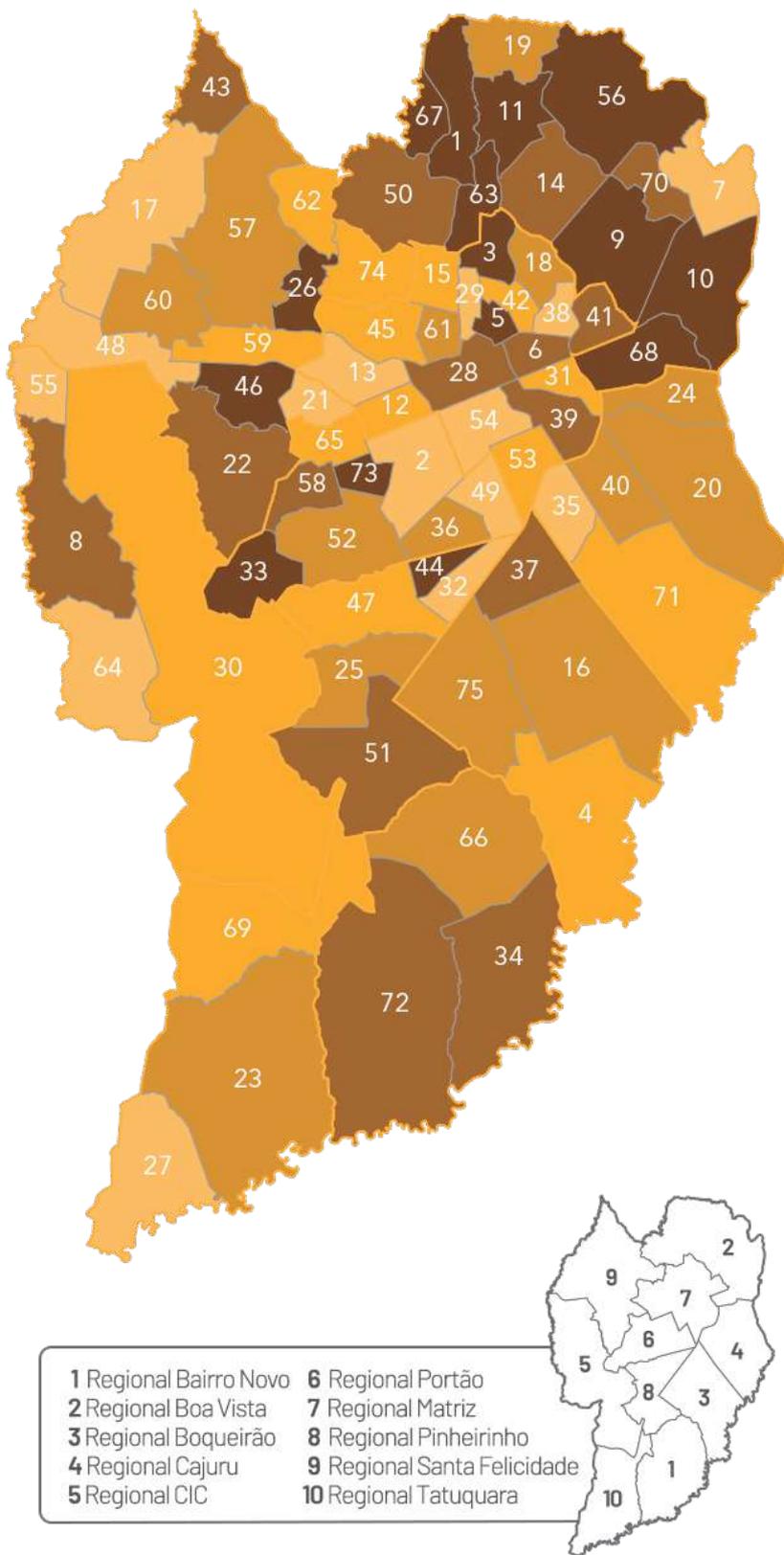
	Regional	Jovens que concluíram cursos			Total	
		Liceu de Ofícios	CIEE	Soma	População	Taxa
1	Bairro Novo	84	724	808	10.751	75,2
2	Boa Vista	57	1.714	1.771	16.011	110,6
3	Boqueirão	39	811	850	13.477	63,1
4	Cajuru	44	837	881	14.768	59,7
5	CIC	60	589	649	13.488	48,1
6	Portão	30	799	829	11.614	71,4
7	Matriz	29	1.072	1.101	14.837	74,2
8	Pinheirinho	59	663	722	10.221	70,6
9	Santa Felicidade	56	608	664	9.123	72,8
10	Tatuquara	38	278	316	5.972	52,9
	Outros municípios da RM	71	4	75	-	-
	Total	567	8.099	8.666	120.262	72,1

Fonte: LICEU DE OFÍCIOS/CIEE, 2016.



Representação gráfica dos bairros de residência de jovens que se cadastraram para cursos de profissionalização e não foram atendidos

O mapa a seguir mostra a divisão dos bairros de Curitiba em cinco categorias conforme a população residente, diferenciando os bairros com as maiores taxas de jovens que se cadastraram para cursos de profissionalização e não foram atendidos, dos menores, conforme escala de cores.



Cor	Nº	Bairro	Quant.	População de 14 a 17 anos	Taxa
Muito alto	26	Cascatinha	48	118	406,8
	67	Taboão	68	215	316,3
	5	Alto da Glória	102	330	309,1
	44	Lindóia	97	584	166,1
	56	Santa Cândida	310	2.163	143,3
	11	Barreirinha	150	1.125	133,3
	9	Bacacheri	188	1.404	133,9
	33	Fazendinha	231	1.874	123,3
	3	Ahú	69	596	115,8
	46	Mossunguê	68	599	113,5
Alto	1	Abranches	90	858	104,9
	63	São Lourenço	36	350	102,9
	10	Bairro Alto	318	3.123	101,8
	68	Tarumã	55	524	105,0
	73	Vila Izabel	69	659	104,7
	43	Lamenha Pequena	9	87	103,4
	50	Pilarzinho	189	1.899	99,5
	37	Hauer	87	845	103,0
	28	Centro	363	3.845	94,4
	39	Jardim Botânico	39	404	96,5
Médio	72	Umbará	122	1.335	91,4
	41	Jardim Social	29	309	93,9
	6	Alto da Rua XV	42	449	93,5
	58	Santa Quitéria	68	743	91,5
	14	Boa Vista	164	1.885	87,0
	22	Campo Comprido	135	1.795	75,2
	51	Pinheirinho	278	3.726	74,6
	8	Augusta	38	502	75,7
	70	Tingui	60	779	77,0
	34	Ganchinho	60	805	74,5
Baixo	61	São Francisco	29	389	74,6
	18	Cabral	59	775	76,1
	36	Guaira	75	1.013	74,0
	60	São Braz	104	1.510	68,9
	57	Santa Felicidade	126	1.902	66,2
	52	Portão	183	2.646	69,2
	66	Sítio Cercado	542	8.611	62,9
	19	Cachoeira	47	684	68,7
	23	Campo de Santana	120	1.785	67,2
	16	Boqueirão	331	5.009	66,1
Muito baixo	20	Cajuru	429	6.823	62,9
	25	Capão Raso	132	2.395	55,1
	75	Xaxim	233	3.907	59,6
	40	Jardim das Américas	57	934	61,0
	24	Capão da Imbuia	81	1.378	58,8
	31	Cristo Rei	57	986	57,8
	45	Mercês	40	714	56,0
	59	Santo Inácio	24	431	55,7
	74	Vista Alegre	32	641	49,9
	53	Prado Velho	27	499	54,1
71	Uberaba	248	4.955	50,1	
62	São João	11	222	49,5	
47	Novo Mundo	133	2.960	44,9	
65	Seminário	20	412	48,5	
30	CIC	547	12.566	43,5	
12	Batel	36	761	47,3	
69	Tatuquara	156	3.994	39,1	
15	Bom Retiro	14	319	43,9	
4	Alto Boqueirão	160	3.716	43,1	
42	Juvevê	27	596	45,3	
32	Fanny	23	556	41,4	
29	Centro Cívico	12	296	40,5	
54	Rebouças	56	1.388	40,3	
7	Atuba	39	1.002	38,9	
17	Butiatuvinha	31	881	35,2	
2	Água Verde	141	3.460	40,8	
13	Bigorriho	69	2.010	34,3	
35	Guabirota	22	678	32,4	
48	Orleans	9	465	19,4	
21	Campina do Siqueira	11	472	23,3	
27	Caximba	2	193	10,4	
38	Hugo Lange	2	171	11,7	
49	Parolin	12	807	14,9	
64	São Miguel	4	393	10,2	
55	Riviera	0	27	0,0	

4. DIREITO À PROTEÇÃO AO TRABALHO⁹

Relacionado ao tema de proteção ao trabalho, buscou-se analisar uma parte das vagas ofertadas aos adolescentes e jovens, e como base utilizou-se de agências públicas como o CIEE, IEL e o SINE.

Iniciando com as ofertas de estágio e emprego. Das três agências, duas apresentaram informações sobre as vagas ocupadas em 2016. Primeiramente serão analisadas as vagas de estágio que durante o ano somaram um total de 8.296. Dos adolescentes e jovens, entre 16 e 21 anos, que ocuparam essas vagas de estágios no CIEE, 59,8% eram de nível superior, e em 75,0% das vagas, os estagiários tinham entre 18 e 21 anos. Um dado do perfil que surpreendeu foi que 63,6% das vagas eram ocupadas pelo gênero feminino.

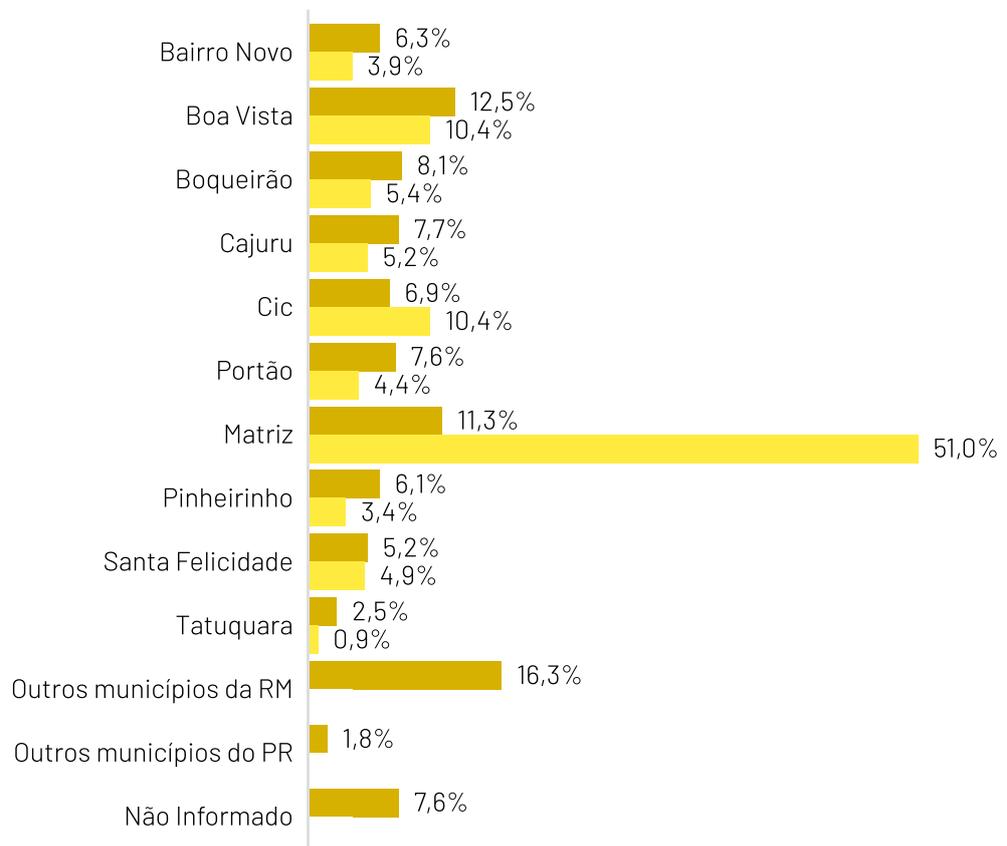
Sobre áreas nas quais esses adolescentes e jovens estão sendo empregados, 82,8% são estágios na área de serviços, 11,5% na área de comércio. A indústria representa apenas 5,6%. Sobre o local de residência e o de trabalho, tem-se que 51,0% das vagas são ofertadas na Regional Matriz, e o destaque para o local de residência dos adolescentes e jovens estagiários é da RM, a qual representou 16,3%. Em Curitiba, a Regional Boa Vista correspondeu a 12,5% e a Matriz com 11,3%. Sabe-se que a Regional Matriz tem uma das menores populações de 16 a 21 anos, e representa muito fortemente as vagas ofertadas nos estágios, mostrando uma tendência de opção dos empregadores por estagiários com moradia próxima ao local de trabalho.

Tabela 4.1.1: Regional de residência e de local de trabalho dos adolescentes e jovens que ocuparam vagas de estágios em 2016

Regional	Regional de Residência		Regional de Trabalho	
	Total	(%)	Total	(%)
1 Bairro Novo	520	6,3%	323	3,9%
2 Boa Vista	1.033	12,5%	862	10,4%
3 Boqueirão	674	8,1%	452	5,4%
4 Cajuru	639	7,7%	434	5,2%
5 CIC	572	6,9%	860	10,4%
6 Portão	631	7,6%	367	4,4%
7 Matriz	940	11,3%	4.233	51,0%
8 Pinheirinho	510	6,1%	279	3,4%
9 Santa Felicidade	433	5,2%	409	4,9%
10 Tatuquara	205	2,5%	77	0,9%
Outros municípios da RM	1.353	16,3%		
Outros Municípios do PR	153	1,8%		
Não informado	633	7,6%		
Total	8.296	100,0%	8.296	100,0%

Fonte: CIEE, 2016.

⁹ Cabe lembrar que a fiscalização do trabalho teve abordagem no Relatório 3 deste Diagnóstico, que tratava das violações do direito à Liberdade, Respeito e Dignidade.



Tal ressalva se faz importante, pois ao correlacionar o local em que reside e o local em que trabalha, mostra-se claramente que o empregador dá preferência por estagiários que morem próximo as empresas, o que traz um ponto dificultador, pois 51% das vagas ofertadas foram na Regional Matriz.

Entrando nas vagas de emprego, temos o SINE, sob gerência da Superintendência do Trabalho e Emprego da Fundação de Ação Social de Curitiba, que tem por finalidade implementar e coordenar no município de Curitiba o sistema público de emprego, trabalho e renda, e ações de qualificação social e profissional para maior efetividade na colocação do trabalho, o qual tem como princípio fundamental facilitar o acesso.

Destacam-se também na geração de informação sobre necessidades de qualificação profissional, na habilitação de seguro-desemprego, de preparação dos trabalhadores com vistas a sua empregabilidade por meio de ações de elevação de escolaridade, inclusão digital, competências básicas para o trabalho, acesso ao microcrédito, formalização através do programa Empreendedor Individual, dentre diversos outros serviços relacionados à geração de trabalho e renda.

Os dados fornecidos pela instituição mostram a movimentação de inscritos, encaminhados e colocados no mercado de trabalho, na faixa etária de 18 a 21 anos no ano de 2016. Apesar do grande número de encaminhados para as vagas, a colocação foi de apenas 2,8%. O SINE de Santa Felicidade foi o que teve a maior taxa de colocação com 3,6%, seguido do SINE de Bairro Novo, 3,4%.

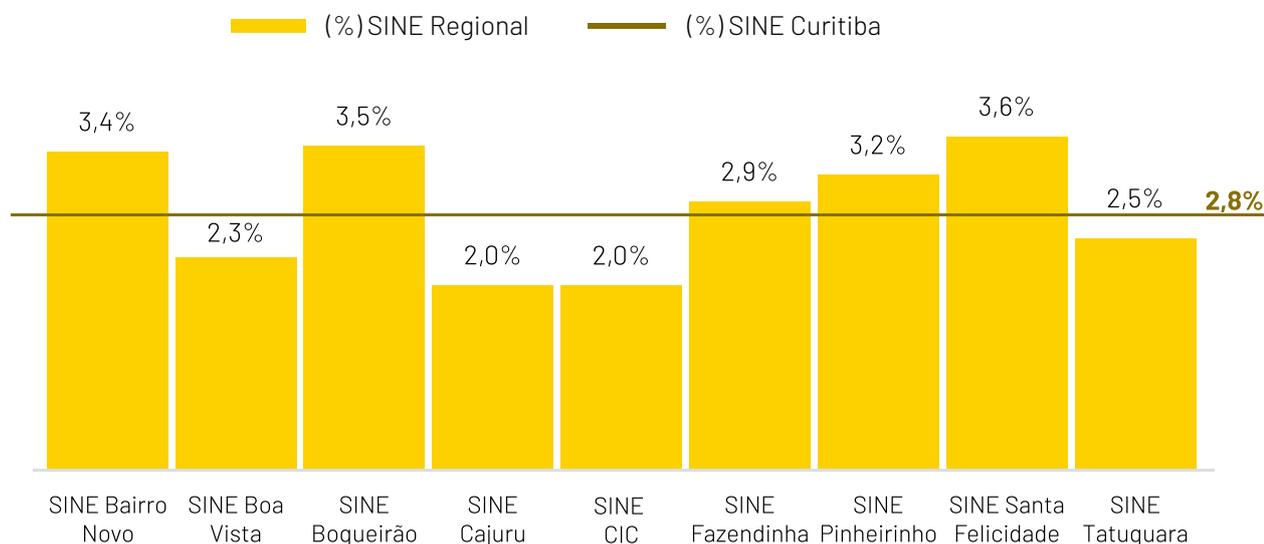
Tabela 4.1.2: Fluxo de jovens de 18 a 21 anos no SINE de Curitiba

Posto de Inscrição	Inscritos	Encaminhados	Colocados	(%) Sucesso (Colocados/Encaminhados)
SINE Bairro Novo	677	729	25	3,4%
SINE Boa Vista	784	965	22	2,3%
SINE Boqueirão	887	657	23	3,5%
SINE Cajuru	491	803	16	2,0%
SINE CIC	737	1.204	24	2,0%
SINE Fazendinha	985	1.031	30	2,9%
SINE Pinheirinho	812	787	25	3,2%
SINE Santa Felicidade	802	950	34	3,6%
SINE Tatuquara	542	524	13	2,5%
Total	6.717	7.650	212	2,8%

Fonte: SINE, 2016.

Inscritos: São considerados inscritos para efeito desta medição, todos os trabalhadores que realizaram pela primeira vez o cadastro no SINE em 2016. Encaminhados: São todos os candidatos selecionados, de acordo com o perfil das vagas existentes no mercado de trabalho, oriundos das inscrições realizadas pelo SINE que são encaminhados ao mercado de trabalho formal (foram encaminhados a entrevistas).

Colocados: São todos os candidatos que conseguiram a inserção no mercado de trabalho formal por intermédio do SINE, ou seja, é o resultado positivo do processo de intermediação de mão de obra executado (foram contratados por intermédio do SINE).



5. GRUPOS DE CONVERSA

Para a análise qualitativa do serviço de aprendizagem, foi realizado um grupo de foco com 13 entrevistados (8 meninas e 5 meninos) do Programa de Aprendizagem de uma Organização Social. A profissional responsável pelo Programa também foi entrevistada, a fim de fornecer a perspectiva da gestão da organização social. No grupo de foco, as idades dos adolescentes variavam entre 17 e 18 anos. Dos 13 entrevistados, 10 estudam. Também foi realizada uma breve entrevista com a pessoa da área de recursos humanos de uma grande empresa que contrata adolescentes e jovens do Programa, a fim de apreender o ponto de vista da empresa.

Os adolescentes acessaram o serviço de aprendizagem através de contatos e indicações pessoais, sendo da própria família, amigos ou pessoas conhecidas. Segundo os adolescentes entrevistados, foi relativamente fácil conseguir acesso ao programa. Apenas um deles teve que passar por uma lista de espera. No entanto, eles têm conhecimento de muitos colegas que estão em lista de espera e de que nem todos conseguem ter acesso ao serviço. A participação no programa é gratuita, e por isso há critérios de seleção dos aprendizes, incluindo a renda familiar.

Os adolescentes são unânimes em dizer que o programa tem sido muito proveitoso, especialmente pelo fato da Entidade facilitar em muito o acesso ao mercado de trabalho e fazer a intermediação com as empresas em questões mais delicadas e burocráticas, o que facilita significativamente a vida deles. A proposta metodológica do programa inclui um período inicial de 2 meses, obrigatório pela legislação, quando são ministrados temas diversos relativos ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento pessoal dos adolescentes. Este período, segundo eles, trouxe grande contribuição, especialmente para sua desenvoltura, desinibição e capacidade de comunicação. Hoje, com todos trabalhando, a metodologia prevê a participação deles em atividades na entidade, uma vez na semana.

A entrada no programa se deu pela motivação de: *“ter um projeto de vida profissional”, “possibilitar o início de uma carreira”* e *“ser mais independente”*, segundo relato dito por um dos entrevistados. Esta independência se caracteriza pela capacidade própria em fazer uma faculdade, por exemplo, e adquirir coisas sem depender dos pais e responsáveis.

O esforço pessoal e a disciplina já constituem valores nas vidas destes adolescentes inseridos no programa de aprendizagem, e está presente em seus discursos e em seus projetos de vida. A grande maioria pretende fazer faculdade, e entende que a aprendizagem está preparando-os melhor para o curso superior. Para eles, a carga horária de 4 horas diárias não os impedirá de serem bem-sucedidos no vestibular: *“Se a gente quer correr atrás de um objetivo, a gente tem que fazer um esforço”*. Para eles, a experiência nas empresas também está ajudando a definir por qual curso superior irão optar: *“Eu não tinha ideia do que eu gostaria de fazer, agora eu estou tendo uma noção”*. O fato de que vários aprendizes passam por diferentes setores dentro das empresas contribui muito nesse processo. A relação com a empresa, em geral, é positiva. Para a maioria deles, a empresa está de fato “investindo” na vida deles, mas alguns relatam situações de aprendizes que estão no trabalho “sem fazer nada”, apenas para que a empresa cumpra a lei. Neste caso, no entanto, os próprios adolescentes criticam a conduta daqueles que “não querem aprender”.

No caso dos entrevistados, todos se declaram supervisionados e acompanhados, com qualidade, por um funcionário efetivo da empresa. As alocações dos aprendizes nos diversos setores específicos da empresa são feitas após a realização de entrevistas individuais e dinâmicas. Dos 13 entrevistados, 5 mudariam de setor ou de empresa, se pudessem. Os aprendizes conhecem o ECA apenas superficialmente, sem saber explicar realmente do que se trata. Em geral, eles se sentem apoiados pela família para ingressarem nas empresas e no serviço de aprendizagem.

A remuneração é menor que um salário-mínimo, para uma carga horária de 4 horas diárias. Os adolescentes entendem que a remuneração é justa, pois vem acompanhada de outros benefícios, como vale refeição, vale transporte, etc. Na maioria dos casos, os recursos que ganham são utilizados, em parte, para ajudar a família, seja em dinheiro, seja em vale-refeição, e em parte para despesas pessoais. A questão do recurso financeiro adquirido na empresa parece ser de fundamental importância para eles. A maioria afirma que, se não houvesse o recurso, ou seja, se o aprendizado que têm adquirido fosse em forma de estágio não remunerado, não participariam do programa.

Percebe-se que, no caso destes adolescentes, as dinâmicas e o aprendizado para a entrada no mercado de trabalho tiveram um impacto positivo no seu desenvolvimento na capacidade de expressão, no respeito às diferenças e na capacidade de diálogo. Durante o grupo de foco, surgiu entre eles um debate relativamente maduro sobre o posicionamento político do jovem e em torno da redução da maioria penal, com capacidade de escuta e debate sobre argumentos a favor e contra.

Os aprendizes, seguindo a mesma tendência em geral dos demais adolescentes pesquisados, esperam do futuro “*ter sucesso*”, ou seja, ser bem sucedido, se formar, ter um carro, ter estabilidade e constituir uma família. O futuro traz sentimentos ambíguos de esperança e medo, especialmente o medo do fracasso, “*de não conseguir as coisas*”. A família, principalmente a mãe, é o grande apoio e amparo para os desafios da vida.

Entrevista com a coordenação do Programa e com a empresa parceira

Para análise do serviço de aprendizagem profissional, foi realizada uma breve entrevista com a pessoa responsável pela coordenação do Programa na organização social pesquisada. Juntamente com o programa de aprendizagem, a instituição trabalha diversas atividades de defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. A vocação da entidade é atuar na área social, apoiando adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. O programa de aprendizagem, que é registrado no Ministério do Trabalho, corresponde à “*porta de saída*” da instituição. Para a coordenação, o trabalho consiste em “*fazer a ponte*” entre os adolescentes e as empresas parceiras. Segundo a coordenação, 100% dos adolescentes são encaminhados ao mercado de trabalho, já que a metodologia da instituição pesquisada se baseia na abertura de vagas a partir do oferecimento por parte das empresas. O critério de seleção para o programa se baseia principalmente na renda das famílias.

Um dos desafios encontrados é que alguns adolescentes, em condições de maior vulnerabilidade (incluindo aqueles que cumprem medidas socioeducativas), com algumas exceções, não conseguem acesso ao serviço de aprendizagem, especialmente por causa de escolaridade, que quase sempre está defasada. Outras dificuldades de acesso e permanência no programa estão relacionadas à questão de transporte até a instituição nos dois meses iniciais da fase preparatória (quando ainda não recebem o vale-transporte da empresa), e a não-adaptação às normas de convivência do grupo ou ao envolvimento com tráfico de drogas. Aqui, novamente, o papel do governo e da sociedade é o de oferecer a política pública, ainda que as escolhas pessoais de alguns indivíduos os levem para os caminhos que a sociedade rejeita e condena. Mas essas escolhas e indivíduos, segundo ela, não devem desqualificar a política, antes, precisam ser caracterizados como exceção.

Para a coordenação, já há muitas instituições trabalhando a questão da aprendizagem profissional em Curitiba, diminuindo um pouco a pressão por vagas e pelo acesso a este direito por parte dos adolescentes curitibanos. Mas, com a crise econômica do país, desde 2015 o número de vagas oferecidas pelas empresas diminuiu muito, prejudicando a disponibilidade de vagas. Para ela, o jovem curitibano em geral não consegue ter acesso à aprendizagem profissional, como seria seu direito. A concorrência por vagas ainda é um problema, principalmente pelo fato das empresas não estarem cumprindo a legislação na oferta de oportunidades de trabalho, o que constitui o principal gargalo no sistema. A fim de manter ou tentar ampliar a oferta de vagas, a abordagem às empresas é uma atividade constante da organização. Segundo a coordenadora, de 300 empresas acessadas recentemente, apenas 3 deram o retorno. A limitação é a do próprio mercado. Uma vez firmado o convênio, no entanto, o relacionamento entre a instituição e as empresas parceiras é muito bom.

Segundo ela, outra dificuldade no acesso do adolescente à aprendizagem profissional diz respeito às regiões de Curitiba onde não existem instituições de aprendizagem, caracterizando uma distribuição desigual dos serviços no território do município.

A organização pesquisada não recebe recursos públicos para manter o programa de aprendizagem. As empresas oferecem uma taxa para a instituição, mas que não é suficiente para a manutenção do programa. A entidade tem que promover atividades próprias de mobilização de recursos para compor o orçamento. Segundo a coordenadora, algumas instituições têm parceria financeira com a prefeitura, mas isso compromete parte da autonomia para a consecução dos programas.

Com relação à aprendizagem profissional, há uma questão de fundo que diz respeito à alocação deste tipo de serviço nas políticas públicas. Segundo a coordenadora, os serviços estariam inseridos na Política da Juventude, mas há interfaces com as políticas de Assistência Social, Educação, e trabalho, emprego e renda. O fato de que, muitas vezes, não há uma unidade de gestão ou orçamento oficial para a política da juventude na estrutura formal de algumas prefeituras, gera uma “zona cinzenta”, deixando, muitas vezes, os serviços “órfãos”. Este tipo de serviço e programa deveria ter o olhar de diversas políticas públicas. Quem sabe o serviço de aprendizagem deveria por excelência ser a expressão de uma política intersetorial, que agregasse diferentes olhares e perspectivas em torno de um objetivo comum.

Para a coordenadora responsável pelo programa de aprendizagem na instituição, ela está prestando um serviço à sociedade, e não às empresas. Há, por detrás do trabalho realizado, uma missão social mais abrangente. As empresas são apenas parceiras no processo.

A fim de se obter uma visão ampla e completa de política de aprendizagem, com seus diferentes atores, foi realizada também, em um segundo momento, uma breve entrevista com a pessoa de uma grande empresa de referência em Curitiba, que contrata os adolescentes e jovens do Programa vinculado à mesma organização social pesquisada. Segundo ela, que faz parte da equipe de Recursos Humanos, a empresa está cumprindo a legislação, ofertando o número de vagas exigido. A relação com a organização social parceira é totalmente positiva e, que a equipe da entidade é muito engajada e comprometida com as vidas e as famílias dos adolescentes e jovens, conhecendo-os individualmente.

O processo seletivo dos aprendizes acontece anualmente, após uma seleção prévia por parte da organização social. São realizadas entrevistas e dinâmicas, com o apoio de uma analista de RH que vai até a organização parceira. Cada aprendiz selecionado tem um supervisor, gestor imediato, que avalia o desempenho, orienta e faz a gestão do ponto. No caso da empresa pesquisada, a carga horária é de 4 horas diárias de trabalho.

A gestora da empresa vê a lei como uma oportunidade de desenvolvimento e aprendizagem para os jovens, que são de origem humilde e não têm conhecimento nenhum sobre a realidade do mercado de trabalho. Muitos gestores e coordenadores acabam gostando dos aprendizes e passam um retorno positivo para o RH, manifestando o desejo de efetivar o vínculo. Alguns deles conseguem ser efetivados e promovidos quando completam 18 anos. É também, uma oportunidade da empresa exercer a sua responsabilidade e de contribuir com a sociedade como um todo. Segundo ela, a maioria dos adolescentes, graças ao trabalho que é feito pela organização social parceira, acaba dando um bom retorno para a empresa. No entanto, há situações de não-adequação por parte dos aprendizes ao trabalho, principalmente no que diz respeito às questões comportamentais (não-cumprimento do horário, atrasos, envolvimento com drogas, etc.). Quando acontece algum problema desta ordem, a empresa entra em contato com a entidade, que ajuda a dar o *feedback* para o jovem e sua família.

Para a gestora, a política de aprendizagem e a lei que a regulamenta são efetivas, tendo um efeito positivo tanto para a empresa quanto para os aprendizes e a sociedade.

6. ANÁLISE CONCLUSIVA

Ao longo deste relatório, pode-se observar que embora a legislação que dispõe sobre a Proteção Integral da Criança e Adolescente no Brasil seja bastante ampla e avançada, não são poucos os entraves que se apresentam à materialização desses direitos, e especificamente observa-se ao Direito à Profissionalização a ausência ou grande deficiência de construção de uma Política Pública para este fim.

Restringindo ao Município de Curitiba, objeto da presente pesquisa, há alguns dados que chamam atenção e que ensejam observações. Os dados do Programa FAS Aprendiz (fase de pré-aprendizagem em que os adolescentes são encaminhados a cursos em instituições parceiras com temas introdutórios, mas nos quais ainda não há garantia quanto à contratação), demonstram que a maior parte de seu público constitui-se por adolescentes de 14 a 17 anos (que representam pouco mais de 95% do público total do Programa).

Ainda sobre o mesmo Programa, observa-se que, das 10 Regionais existentes, jovens das Regionais do Tatuquara, Portão e CIC, somam juntos mais de 55% do total dos inseridos nos cursos, enquanto que na demanda reprimida, a maior representatividade é da Regional do Bairro Novo (28,5% dos 1279 cadastrados). Neste caso, Tatuquara e CIC representam juntas, próximo a 28% do total da demanda reprimida, tendo ainda registros altos (excluindo-se a Regional do Bairro Novo, já mencionada) em relação às outras 5 Regionais.

Os programas de pré-aprendizagem como um todo, passam pela dificuldade de efetivar os encaminhamentos para as vagas disponibilizadas pelas empresas (vagas de aprendizagem), visto que não se possuem dados unificados (vagas ofertadas). É estimado que essa efetivação gire em torno de 45% dos encaminhamentos, mostrando que outros 55% de adolescentes e jovens que participaram de programas de pré-aprendizagem, como o da FAS Aprendiz, por exemplo, e que são vulneráveis, não têm acesso a aprendizagem devido ao perfil exigido pela empresa que disponibiliza as vagas.

Quanto aos Programas de Aprendizagem em si, nota-se que do total de 14.570, 55,5% está representado por jovens de 18 a 21 anos. Seria importante verificar se isso tem relação direta com o perfil exigido pelas empresas ou o tipo de vagas ofertadas (já que neste caso provavelmente a maioria já concluiu o Ensino Fundamental e tem maior disponibilidade de tempo para o trabalho sem que configure qualquer ilegalidade), ou com o perfil dos adolescentes e jovens nos processos seletivos. Para isso seria necessário novamente acessar dados relativos aos encaminhados para os processos seletivos e os selecionados como aprendizes.

Com relação à aprendizagem é possível observar através dos quadros apresentados, que a maior população de adolescentes de 14 a 17 anos está concentrada nas Regionais do Boa Vista, do Cajuru e do CIC, respectivamente. Não obstante, nota-se que a Regional do Cajuru, embora tenha a segunda maior população nesta faixa etária, tem a menor taxa de inserção nos programas de Aprendizagem dentre todas as Regionais.

Não foi possível obter os dados referentes ao número de empresas que deveriam ofertar vagas de aprendizagem e o correspondente número de vagas ofertadas. Consequentemente ficou impossibilitada, a análise da demanda em relação à oferta. Quanto ao perfil dos adolescentes, têm-se ainda mais dificuldades para obtenção de dados. Como anteriormente mencionado, também não é possível estimar quantos adolescentes e jovens inseridos em programas de pré-aprendizagem são efetivamente inseridos como aprendizes nas empresas. Nota-se ainda que, a população (estimada) de adolescentes e jovens de 14 a 21 anos, no Município, some o total de 228.998, portanto, o número de 14.570 inseridos nos programas de aprendizagem, corresponde a quase 7% do total desta população.

Nos Liceus de Ofício, os cursos gratuitos, de qualificação profissional em 14 áreas de atuação são oferecidos para a população em situação de vulnerabilidade a partir de 16 anos, a maioria dos inscritos está na faixa etária de 18 a 21 anos (61,6% do total de 921 cadastrados), sendo que, como já explicitado na apresentação dos dados, nas Regionais do Bairro Novo e Pinheirinho, concentra-se mais de 1/4% dos inscritos (27,1%).

Nota-se, quanto ao encaminhamento de adolescentes e jovens para inserção em todos os cursos de qualificação profissional analisados de forma geral, que se destaca a Regional Boa Vista, conforme indicador 5, com a maior taxa de adolescentes em relação ao total desta população. De acordo com o indicador 6, a demanda reprimida para os cursos concentra-se, também na Regional Boa Vista. Cabe uma reflexão nesta análise, quais as características que trazem o Boa Vista, sendo a região que apresentou a maior taxa de adolescentes inscritos em programas de qualificação profissional, a apresentar também uma das maiores taxas de demanda reprimida?

Na qualificação Profissional, nem todas as instituições armazenam dados sobre sua atuação.

Verifica-se, de forma geral, a oferta restrita de profissionalização aos jovens em geral, ainda mais perceptível em relação ao adolescente em situação de vulnerabilidade (o que certamente gera consequência em sua futura e próxima inserção ao mercado de trabalho) devido a retração das empresas, seja pela redução de seu quadro de funcionários (conforme relatado pela entrevistada na pesquisa qualitativa) ou pela necessidade de redução de custos de outras formas. Nota-se também que não foi feita, no ano de 2016, uma fiscalização expressiva relacionada ao número de vagas que deveriam ser ofertadas, haja vista que menos de 1% do total de Empresas de Curitiba foi fiscalizada, conforme anteriormente explicitado neste relatório. Importante ressaltar quanto a este aspecto que, segundo relatado na pesquisa qualitativa, há uma grande concorrência pelas vagas de aprendizagem que as entidades mediadoras do processo tomam conhecimento. Não obstante, segundo mesmo relato, a maioria das Empresas não cumpre a legislação no que diz respeito à oferta das mesmas.

Através da pesquisa qualitativa foi possível constatar que a maioria dos aprendizes afirma que se não houvesse remuneração, não participariam do Programa ainda que ele se constituísse numa oportunidade de aprendizado para futura inserção no mercado de trabalho. Ainda que a aprendizagem não possa se constituir como mera remuneração auxiliar ou emergencial para composição de renda das famílias, visto que seu aspecto educacional deve prevalecer em relação ao laboral, este dado constitui-se importante no planejamento da oferta nesta área da Política Pública.

Por fim, observa-se o que foi estipulado no Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente no eixo 5, correspondente ao tema do presente relatório. Em especial destacam-se três ações previstas devido a sua relação direta com o que foi explicitado ao longo desta análise conclusiva:

- “
- 1 - Divulgar permanentemente a 100% das Empresas Cadastradas no SINE a existência da intermediação da Mão de Obra (entidades que realizam encaminhamento de aprendizes) e monitorar anualmente se isso está sendo feito*
 - 2 - Implementar e discutir permanentemente Fluxo com MTE para que todas as empresas cumpram com a contratação da cota de aprendizes*
 - 3 - Contratar permanentemente (e monitorar essa contratação a cada quadrimestre) aprendizes na FAS, atendendo a cota exigida pela Lei 10097/2000.*

Ressalta-se que as ações com previsão permanente do Plano Decenal tinham previsibilidade de início ainda no ano de 2017. As duas primeiras ações descritas acima estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego, e a última encontra-se sob responsabilidade da Fundação de Ação Social.

Considerando todo o anteriormente exposto, a seguir serão apresentadas recomendações referentes ao Direito à Profissionalização e Proteção ao Trabalho.

7. RECOMENDAÇÕES

- ☑ Criar grupo intersetorial entre FAS e MTE (e parceiros) para discussão necessária quanto ao equilíbrio da prioridade absoluta e prioridade a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e necessidades apresentadas pelas empresas;
- ☑ Realizar o levantamento das principais dificuldades em relação à contratação de aprendizes, apontadas pelas Empresas cadastradas no SINE e pensar estratégias conjuntas para superá-las;
- ☑ Criar fóruns de discussão sobre aprendizagem com as Empresas do Município, objetivando apresentar vantagens da contratação do aprendiz e discutir questões relacionadas ao perfil do adolescente;
- ☑ Sensibilizar e fomentar a compreensão por parte da empresa para superação da dificuldade de inserção dos adolescentes e jovens em situação de maior vulnerabilidade ou risco nas vagas de aprendizagem;
- ☑ Discutir com entidades parceiras atuantes tanto na profissionalização; qualificação; pré-aprendizagem; e aprendizagem, a padronização de dados quanto aos adolescentes participantes;
- ☑ Estabelecer e/ou manter diálogo com MTE para levantamento de dados quanto ao número de vagas ofertadas e de quantas deveriam ser ofertadas pelas empresas do Município;
- ☑ Fazer o acompanhamento (de forma unificada e padronizada) quanto ao número de adolescentes em Programas de Pré-Aprendizagem que são inseridos como Aprendizes nas Empresas e o perfil dos mesmos (a partir dos dados registrados de forma padronizada pelas entidades, conforme recomendação anterior);
- ☑ Observar que, a contratação de aprendizes é extensiva as empresas públicas e as sociedades de economia mista. Efetivar a contratação de aprendizes pela FAS (conforme previsto no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 2017 – 2026), e ampliar a todo o poder público esta contratação, visto que, com isso, poderia se garantir a contratação de adolescentes e jovens com perfis diferentes dos atualmente contratados, ampliando o acesso a esse Direito aos que estão em situação de maior risco e vulnerabilidade e àqueles que têm maior defasagem escolar (entre outras prioridades, observados os critérios estabelecidos em lei para tal contratação);

- ☺ Dispensar especial atenção às Regionais Boqueirão e Cajuru para a ampliação da inserção nos programas de aprendizagem, visto que são Regionais com grande número de adolescentes até 17 anos e baixa taxa de inserção;
- ☺ Dispensar atenção às Regionais do Bairro Novo e Tatuquara quanto à demanda reprimida em relação ao Programa FAS Aprendiz, buscando a ampliação na inserção das mesmas no Programa;
- ☺ Ampliar a inserção de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social no Programa FAS Aprendiz, fazendo encaminhamentos a partir dos Serviços PAIF, PAEFI e SCFV, de Medidas Socioeducativas, Programa Bolsa Família, e outros;
- ☺ Ampliar a inserção de adolescentes (14 a 17 anos) nos Programas de Aprendizagem;
- ☺ Identificar os motivos pelos quais os jovens (18 a 21 anos) têm inserção mais expressiva nos programas aprendizagem;
- ☺ Ampliar a fiscalização das empresas no cumprimento das cotas de aprendizagem para o aumento do percentual da população beneficiada do programa.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Lex: legislação federal.

BRASIL. **Decreto-Lei nº5.452, de 1 de maio de 1943**. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, Suplement, . v. 7, 1943

CURITIBA. **Fundação de Ação Social (FAS)**. Liceu de Ofícios. S/D. Disponível em: <<<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/nucleoregional.aspx?idf=75>>>. Acessado em: 09 de out. 2017.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **A proteção ao trabalho da criança e do adolescente no Brasil: o direito à profissionalização**. Dissertação de Mestrado. FADUSP, 1995.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. São Paulo: LTR, 1991.

NASCIMENTO, Nilson de Oliveira. **Manual do Trabalho do Menor**. São Paulo: LTR, 2003.

TEIXEIRA, Wendel de Brito Lemos. A discrepância entre a idade mínima laboral e a realidade brasileira. Teresina, v. 7, n. 62, fev. 2003.

OLIVEIRA, Oris de. **O trabalho infantil: o trabalho infanto-juvenil no direito brasileiro**. Brasília: OIT, 1994.

SAAD, Eduardo Gabriel. **Consolidação das leis do trabalho comentada**. 36.ed. São Paulo: LTr, 2003.

SILVA, Ângela Inês Gandra e. **Os acordos SENAI/empresa: um incentivo à formação profissional**. Rio de Janeiro: SENAI, 1985.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1999.

9. APÊNDICE 1

As instituições abaixo não tiveram dados coletados, ou porque não fazem atendimento especificamente ou porque em outros casos seus dados já foram apresentados em Volumes anteriores a este no diagnóstico.

FUNDAÇÃO HILDEBRANDO DE ARAÚJO	<p>A Fundação Hildebrando de Araújo é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente de Assistência Social, instituída pela Senhora Leopoldina de Castro Araújo, é dotada de autonomia patrimonial e financeira, é regida por este Estatuto e pelas leis que lhe sejam aplicáveis, e sua administração está diretamente ligada à Federação Espírita do Paraná. Tem por principal objetivo promover a Assistência Social e a educação de pessoas carentes, resgatando-lhes a cidadania e a dignidade, em especial de crianças e adolescentes em situação de risco social. Para cumprir sua missão, a Fundação Hildebrando de Araújo seleciona e apoia projetos junto a instituições executoras. Para serem apoiados, é indispensável que esses sejam iniciativas voltadas para adolescentes e jovens em situação de risco pessoal e social, oriundos de famílias de baixa renda. Além disso, é fundamental que o objetivo geral do projeto seja a qualificação profissional com vistas à inserção do cidadão no universo do trabalho.</p>
REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO - RENAPSI	<p>A RENAPSI demonstra vocação no atendimento ao Jovem há mais de 20 anos. Iniciou atividades em Goiás e, atualmente, encontra-se juridicamente representada em sete Estados brasileiros, com sede no Distrito Federal. Anteriormente chamada de Centro de Promoção Social (CEPROS), a RENAPSI atua por meio da Rede Pró-Aprendiz (RPA). A RPA é uma aliança nacional criada para difundir e fortalecer programas de Aprendizagem, segundo a Lei Federal 10.097/2000, como ação de política pública para a juventude brasileira.</p>
RECRIAR	<p>Projeto um Lugar Amigo</p> <p>Projeto é executado desde Agosto de 2009 e tem por objetivo o fortalecimento da Autonomia do adolescente de 14 a 18 anos que se encontra em acolhimento institucional. São feitas atividades diárias acompanhadas por uma equipe disciplinar realizadas através de atendimento psicossocial, oficinas complementares, mercado de trabalho e autoestima. São disponibilizados computadores para uso dos adolescentes com acesso a redes sociais, busca por vagas de trabalho, elaboração de currículo. Atualmente tem-se 19 UAI parceiras, sendo 06 unidades oficiais (mantidas pelo município) e 13 com unidades conveniadas (convênio de prestação de serviço para o município) localizadas em Curitiba - Região Metropolitana (Colombo, Mandirituba, Fazenda Rio Grande).</p>
REDE ESPERANÇA	<p>A Rede Esperança oferece os cursos de assistente administrativo e de mecânica automotiva, em parceria com o SENAI. O SENAI entra com a certificação, materiais didáticos, instrutores e a Rede fica responsável pela estrutura física, logística, funções administrativas e pedagógicas, realizando os contatos com as empresas e encaminhando os adolescentes para entrevista. O vínculo empresa-curso-aluno é acompanhado pela Rede, mas o contrato é do SENAI.</p>
INSTITUTO ROBERT BOSCH	<p>O instituto oferece os cursos em parceria com o SENAI e o Instituto Tibagi. O SENAI e o Instituto Tibagi entram com a certificação, materiais didáticos e instrutores, a Rede fica responsável pela estrutura física, logística, funções administrativas e pedagógicas, realizando os contatos com as empresas (não só a Bosch) e encaminhando os adolescentes para entrevista. O vínculo empresa-curso-aluno é acompanhado pela Rede, mas o contrato é do SENAI e do Instituto Tibagi.</p>

10. APÊNDICE 2

Além da qualificação profissional, o SENAI oferece curso em aperfeiçoamento, habilitação técnica e iniciação profissional. Em 2016, juntas, estas três áreas formaram 7.812 adolescentes e jovens.

Áreas	Quant.	(%)
Aperfeiçoamento Profissional	200	2,6%
Habilitação Técnica	3.374	43,2%
Iniciação Profissional	4.238	54,2%
Total Geral	7.812	100,0%

Fonte: SENAI, 2016.

Os cursos ofertados foram:

Curso	Quant.	(%)
Educação Ambiental - Competências Transversais	815	10,4%
Técnico em Manutenção Automotiva	516	6,6%
Propriedade Intelectual - Competências Transversais	488	6,2%
Técnico em Mecânica	456	5,8%
Tecnologia da Informação e Comunicação - Competências Transversais	445	5,7%
Empreendedorismo - Competências Transversais	440	5,6%
Legislação Trabalhista - Competências Transversais	362	4,6%
Segurança do Trabalho - Competências Transversais	359	4,6%
Técnico em Informática	313	4,0%
Técnico em Segurança do Trabalho	270	3,5%
Técnico em Eletrônica	223	2,9%
Técnico em Edificações	222	2,8%
Técnico em Mecatrônica	209	2,7%
Boas Práticas de Fabricação, Saúde e Segurança no Trabalho	184	2,4%
Higiene de Alimentos - Profissão e Mercado	170	2,2%
Segurança do Trabalho - Profissão e Mercado	162	2,1%
Técnico em Química	154	2,0%
Técnico em Eletrotécnica	152	1,9%
Técnico em Biotecnologia	152	1,9%
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	145	1,9%
Técnico em Logística	142	1,8%
Metalmeccânica - Profissão e Mercado	132	1,7%
Técnico em Administração	125	1,6%
Outros	1.176	15,1%
Total Geral	7.812	100,0%

Fonte: SENAI, 2016.

11. APÊNDICE 3

Explicação dos indicadores apresentado neste volume:

- **Diferença entre o menor e o maior bairro**

A diferença entre o maior e o menor bairro apresentada em cada indicador que tem os dados regionalizados por bairros é um cálculo feito proporcionalmente para mostrar as diferenças intra-urbanas do município. O cálculo faz primeiramente a diferença entre o indicador do bairro com maior valor e o indicador do bairro com menor valor, e posteriormente, o resultado é dividido pelo indicador do bairro de menor valor, como segue:

$$\text{Diferença} = \left(\frac{\text{Indicador Maior} - \text{Indicador Menor}}{\text{Indicador Menor}} \right)$$

Exemplificando com dados do Indicador 1: O bairro com maior população é o CIC com 172.669 habitantes, que proporcionalmente representa 9,85605% da população de Curitiba e Riviera é o bairro com a menor população com 289 habitantes, que proporcionalmente representa 0,01650% da população de Curitiba, sendo então:

$$\text{Diferença} = \left(\frac{9,85605\% - 0,01650\%}{0,01650\%} \right) = 596,47$$

O resultado de 596, arredondando, significa que o CIC é 596 vezes maior que o Riviera ($596 * 289 = 172.244$). O cálculo mostra que o indicador de diferença é uma boa aproximação para quantificar as diferenças intra-urbanas de municípios. Lembrando que, neste relatório todos os indicadores são apresentados com uma casa decimal, com os quais o resultado do cálculo acima seria diferente se realizado. Todas as diferenças apresentadas no relatório são calculadas no Excel o qual considera infinitas casas decimais, deixando o indicador de diferença o mais exato possível, e não podendo ser recalculado com dados das tabelas que tem apenas uma casa decimal após a vírgula, pois causam divergências. Quando o menor indicador é igual a 0, ou seja, nenhuma notificação no bairro, assume-se o valor 1 ou o menor valor logo após o zero para efeito de cálculo da diferença.

- **Classificação dos bairros em cinco grupos**

Após o cálculo de cada indicador por bairro utilizou-se o software Pradin para agrupar os bairros pela metodologia de agrupamentos por quintil, que divide a base ordenada (os indicadores dos 75 bairros) em 5 grupos, caracterizando nos grupos extremos os maiores e os menores indicadores.

- **Indicadores**

O indicador de Taxa permite a análise do número de usuários do serviço ou de notificações da violência por região, equilibrado com o número de habitantes da mesma. Ele é essencial para dimensionar a equipe necessária para atender a demanda local.

Conforme o nível territorial que ela é analisada (regional ou bairro) permite também verificar pontos estratégicos para a execução de serviços mais próximos do público que necessita do atendimento ou criar políticas para o combate de violências.

O indicador é calculado pelo total de pessoas atendidas/acompanhadas no serviço ou ainda pelo número de notificações (no caso das violências) sob o total da população local multiplicado por mil, em um determinado território ou faixa etária.

O resulta traz quantas pessoas a cada mil habitantes da área são atendidas no serviço, ou que é notificada (no caso das violências), o que permite a gestão antecipada de atendimento no caso de aumentos populacionais previsíveis (projeções de crescimento, novos condomínios no território, etc.).



painel

Instituto de Pesquisas

www.painelpesquisas.com.br | Rua Ibirapuera, 705D - Joinville/SC
Tel: 47 3025-5467 | atendimento@painelpesquisas.com.br



Curitiba

Diagnóstico da Infância
e Juventude

IDEALIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



APOIO:



CURITIBA